MARCELO FERREIRA ZOCHIO

Qualidade dos laudos periciais emitidos na
Comarca de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Engenharia.

São Paulo 2010

MARCELO FERREIRA ZOCHIO

Qualidade dos laudos periciais emitidos na
Comarca de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola Politécnica
da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Engenharia.

Área de concentração: Engenharia de Sistemas
Eletrônicos.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Luís Próspero
Sanchez

São Paulo 2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, sob
responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador.**

São Paulo, 20 de junho de 2010.

Assinatura do autor _____

Assinatura do orientador _____

FICHA CATALOGRÁFICA

Zochio, Marcelo Ferreira

**Qualidade dos laudos periciais emitidos na Comarca de São
Paulo / M.F. Zochio. -- ed.rev. -- São Paulo, 2010.
100 p.**

**Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade
de São Paulo. Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrô-
nicos.**

**1. Engenharia 2. Perícia técnica (Relatórios) I. Universidade
de São Paulo. Escola Politécnica. Departamento de Engenharia
de Sistemas Eletrônicos II. t.**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa, Ana Paula,
grande apoiadora deste empreendimento.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me oferecer tantas alegrias e disponibilizar sempre um caminho para seguir, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha querida e amada esposa, Ana Paula, pelo apoio, incentivo e auxílio durante a confecção deste trabalho e toda a jornada do mestrado.

Aos meus pais, por me proporcionarem as condições para crescer e estudar.

Aos professores da minha graduação, Mario Mollo e Marisa Ribeiro, e ao Dr. Francisco Montoni, meu ex-gestor na ANATEL, que deram ótimas referências minhas, auxiliando de maneira sólida meu ingresso nesta Universidade.

A todas as pessoas que indiretamente me ajudaram de alguma forma para o sucesso desse trabalho.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Luís Próspero Sanchez, pela oportunidade fornecida de ingressar no Programa de Mestrado da USP, pela orientação, compreensão e ensinamentos. Que este obrigado, que já não é o primeiro, não seja o último, mas sim o início de uma duradoura parceria.

EPÍGRAFE

*“No meio da dificuldade encontra-se a
oportunidade.”*

Albert Einstein.

RESUMO

Este trabalho analisa a influência da qualidade na elaboração dos laudos periciais, e seu impacto nas decisões judiciais.

Mostra os pontos aos quais o perito deve se ater para que seu laudo atinja o objetivo: transmitir corretamente a mensagem desejada, o resultado da perícia, através de um discurso compreensível para o magistrado, que possui um modo de pensar diferente do profissional tecnológico.

Vários fatores influenciam na qualidade do laudo, e um laudo bem elaborado, bem como a proposição dos quesitos, envolve conhecimentos multidisciplinares em sua confecção.

Palavras-chave: qualidade; forense; laudo pericial; perito.

ABSTRACT

This work analyzes the influence of quality in the preparation of forensic reports, and its impact on judicial decisions.

It shows the key aspects that the expert should take care for his/her report get to its main objective: to correctly convey the desired message, the result of expertise, in a way that is understandable to the magistrate, who has a different way of thinking that is different from the technology professional.

Several factors influence the quality of a forensic report. The development process of a well prepared report and the proposition of the issues of fact to be clarified, involve multi and inter disciplinary knowledge.

Keywords: quality; expert report; forensics; expert testimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de elaboração do laudo pericial.....	28
Figura 2 - Primeira fase de elaboração do laudo	34
Figura 3 - Segunda fase da elaboração do laudo	35
Figura 4 - Elaboração do laudo	36
Figura 5 - Quadro semiótico.....	47
Gráfico 1 – Formação acadêmica dos magistrados	61
Gráfico 2 - Tempo de exercício da magistratura	61
Gráfico 3 - Advogados jovens que defendem causas que requerem perícia	62
Gráfico 4 – Advogados maduros que defendem causas que requerem perícia	62
Gráfico 5 – Advogados experientes que defendem causas que requerem perícia.....	62
Gráfico 6 - Obtenção de assistência técnica prévia em petições iniciais	63
Gráfico 7 - Petições iniciais que são instruídas com pareceres técnicos.....	63
Gráfico 8 – Perícias ocorrentes na área de engenharia.....	63
Gráfico 9 - Perícias ocorrentes na área de medicina	64
Gráfico 10 - Perícias ocorrentes na área de contabilidade	64
Gráfico 11 - Perícias ocorrentes na área de informática.....	64

Gráfico 12 - Perícias ocorrentes na área de química	65
Gráfico 13 - Perícias ocorrentes em outras áreas não alistadas	65
Gráfico 14 - Perícias ocorrentes na área de engenharia elétrica/eletrônica	65
Gráfico 15 - Perícias ocorrentes na área de engenharia civil	66
Gráfico 16 - Perícias ocorrentes na área de engenharia naval	66
Gráfico 17 - Perícias ocorrentes na área de engenharia mecânica	66
Gráfico 18 - Perícias ocorrentes na área de engenharia da computação	67
Gráfico 19 - Perícias ocorrentes na área de engenharia química	67
Gráfico 20 - Perícias ocorrentes em outras áreas de engenharia	67
Gráfico 21 – Boa estética nos laudos	68
Gráfico 22 – Laudos com linguagem excessivamente técnica	68
Gráfico 23 – Laudos prolixos	68
Gráfico 24 – Laudos lacônicos	69
Gráfico 25 – Laudos com texto escorrido (correto e esmerado)	69
Gráfico 26 – Laudos com boa concatenação de raciocínio e argumentação	69
Gráfico 27 – Laudos que contribuem efetivamente para a elucidação da lide	70
Gráfico 28 – Laudos com justificação e argumentação nas respostas aos quesitos	70

Gráfico 29 – Laudos com referência bibliográfica.....	70
Gráfico 30 – Laudos com palavras com sentido dúbio ou vago.....	71
Gráfico 31 – Laudos entregues em prazo tempestivo	71
Gráfico 32 – Nota dos juízes para os laudos	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo dos fatores para definição do conceito de qualidade.....	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
CPC	Código de Processo Civil
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica

SUMÁRIO

1. Introdução	16
1.1. Justificativa e caracterização do problema	17
1.2. Trabalhos correlatos e revisão de literatura	20
1.3. Estrutura do trabalho	24
2. Qualidade na elaboração de laudos periciais	26
2.1. Conceitos de perícia, perito e laudo pericial	26
2.2. Qualidade	28
2.3. Aspectos influentes na qualidade do laudo pericial	30
3. O raciocínio jurídico, o raciocínio científico e seus discursos	37
3.1. O método e o pensamento dialético	38
3.1.1. Críticas ao raciocínio dialético	39
3.2. O método e o pensamento dedutivo	41
3.2.1. Críticas ao raciocínio dedutivo	42
3.3. Conclusão sobre os modos de pensar das áreas jurídicas e tecnológicas	43
3.4. O discurso jurídico e o discurso científico	44
3.4.1. Nominalismo e realismo	44

3.4.2. As palavras e a realidade.....	46
3.4.3. Norma jurídica e ideologia jurídica.....	46
3.4.4. Diferenças entre o discurso jurídico e o discurso científico.....	47
4. Estratégias de persuasão	49
4.1. Cuidados na elaboração do laudo	52
4.1.2. Termos ambíguos	52
4.1.3. Ambigüidades linguísticas	52
4.1.4. Coerência textual.....	53
4.2. O parecer técnico do assistente	55
4.3. Formulação e resposta dos quesitos.....	56
5. O laudo pericial tecnológico e sua influência no processo judicial.....	60
5.1. Gráficos comparativos das respostas ao questionário.....	61
5.2. Impacto do laudo pericial tecnológico na decisão judicial na área de engenharia	72
6. Considerações finais	79
7. Conclusão	82
8. Bibliografia e referências	84

1. Introdução

A civilização, em todos os momentos de sua história, esteve pautada por regras de convivência. *Ubi homo, ibi societas; ubi societas ibi jus* (“Onde está o homem, está a sociedade; onde está a sociedade, está o Direito”). Como ela é composta por indivíduos que pensam e agem, sendo eles heterogêneos em sua formação intelectual, psicológica e social, portanto com interesses, visão de fatos e valores diferentes, vez por outra ocorrem conflitos de interesses entre eles.

O Direito exerce função ordenadora na sociedade, representando o canal que compatibiliza os interesses que se manifestam na vida social, traçando suas diretrizes, visando prevenir e mediar os conflitos que surgem entre seus membros.

Portanto, compete ao Direito, representado pelo juiz, a disciplina da relação dos indivíduos com os bens e interesses, decidindo, em cada lide, qual interesse deve prevalecer. O critério de escolha depende do valor que o Direito, na pessoa do magistrado, vê como preponderante, levando em conta o interesse público, ou de uma determinada classe, ou mesmo privado.

Para que essa valoração seja feita de modo justo sob o ponto de vista legal, é necessário que o juiz tenha uma visão completa do fato, tendo condições de entender os aspectos envolvidos na questão. Dependendo da situação, há a necessidade de esclarecer quesitos de ordem técnica, que fogem ao entendimento puramente jurídico, sendo imperativo o conhecimento em áreas como medicina, engenharia, química, informática, entre outros.

Como é óbvio, o magistrado, na grande maioria das vezes, não possui tal conhecimento, mas precisa dar seu veredito sobre o processo em sua carga.

Entre em cena então, o perito, o profissional responsável pela análise e elaboração do laudo, que servirá de base para que o juiz tenha uma compreensão daquele quesito envolvendo domínio de outras áreas do conhecimento alheias à sua formação, ajudando a formular sua sentença.

O laudo emitido pelo perito, como já comentado, responde a quesitos que devem ser esclarecidos na lide para que o juiz tenha uma visão autêntica dos fatos; portanto, precisa atender alguns requisitos, como clareza, objetividade e rigor científico. Em outras palavras, precisa ter um padrão de qualidade, não só na sua estrutura, mas na sua mensagem e como ela é transmitida.

1.1. Justificativa e caracterização do problema

Sabe-se que o universo jurídico é diferente do tecnológico. O profissional de Direito tende a pensar dialeticamente, enquanto que o profissional da área tecnológica tende a pensar cartesianamente. Ao se defrontarem com uma situação, ela é abordada de maneiras diferentes pelos dois. A seguir há uma breve descrição sobre esses dois modos de pensar.

O método proposto por Descartes, a base do raciocínio cartesiano, consiste em aceitar apenas aquilo que é certo e irrefutável e conseqüentemente eliminar todo o conhecimento infundado ou sujeito a controvérsias, conforme descrito abaixo:

(...) portanto, em lugar desse grande número de preceitos de que se compõe a lógica, achei que me seriam suficientes os quatro seguintes, uma vez que tornasse a firme e inalterável resolução de não deixar uma só vez de observá-los. O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal (...)
(DESCARTES, 1637, p. 10)

O modo de pensar cartesiano usa o método dedutivo. Ele adota uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, analisando do geral para o particular. Essa cadeia é silogística, pois a partir de duas premissas, retira uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, chegando à uma conclusão.

O método dialético aborda as questões de modo relativo, ou seja, sua interpretação depende do contexto, conforme (FOULQUIE, 1978 p. 2), que afirmou que "nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente".

Com base nessas afirmações, o método dialético se contrasta com o cartesiano, usado nas ciências exatas, que exprimem exatidão e certeza absoluta, diferente da dialética, onde não existe nada “definido”, “absoluto” ou “imutável”; tudo é relativo e transitório. O método cartesiano não propicia um diálogo ou questionamento sobre o assunto, mas o método dialético permite tal ação; o cartesiano pensa em termos de “é ou não é”, enquanto o dialético pensa em “é, mas pode não ser”.

Logo, para que o perito consiga fazer um laudo que atenda as expectativas de seu destinatário, o operador do Direito, deve entender como ele pensa, para que seu discurso seja entendido.

Essa dissertação abordará esses aspectos e tem como objetivo responder as seguintes perguntas:

1. Qual é a opinião dos juízes da Comarca de São Paulo, coletada em base amostral, sobre as informações recebidas no laudo, visando o esclarecimento de questões fora de sua área de conhecimento?
2. Quais são os aspectos envolvidos para que um laudo seja considerado de qualidade e cumpra seu papel de contribuir positivamente para uma sentença mais justa possível?

Segundo SANTOS e MELLO (2004, p.84, apud MEDEIROS; NEVES JUNIOR, 2005, p.1), a qualidade pode ser medida não só pela técnica; deve considerar a necessidade e a satisfação do cliente, e se o resultado do seu pedido ficou de acordo com o esperado. Ainda segundo SANTOS e MELLO (2004, p.96, apud MEDEIROS; NEVES JUNIOR, 2005, p.7), a qualidade na perícia é essencial, porque seu resultado serve de base para a sentença judicial, e a agilidade no seu proferimento depende da consistência do laudo.

Portanto, a qualidade de um trabalho pericial é o fator chave para que o juiz tenha atendidas todas as suas expectativas em relação a ele, tanto no aspecto técnico como no informativo.

Para que se obtivesse um cenário sobre a qualidade dos laudos emitidos pelos peritos e sua influência nas sentenças em outras áreas além de engenharia, optou-se por

pesquisar a literatura existente, uma vez que a solicitação de informações de laudos através de juízes e tribunais torna-se inviável, devido ao segredo de justiça sob o qual em geral tramitam esses processos.

Após pesquisa bibliográfica, encontrou-se um bom número de material sobre o assunto, porém voltado para a área contábil, sendo raras as menções sobre laudos na área de engenharia. Há uma grande lacuna a ser preenchida em relação à engenharia, pois não há trabalhos que meçam a qualidade dos laudos emitidos nesse ramo do conhecimento humano.

A contribuição desse trabalho está em preencher esse vazio, avaliando os trabalhos periciais na área de engenharia, através de pesquisa de campo e de consulta no parco material disponível.

Nota-se que os trabalhos realizados dentro da área contábil, referidos neste trabalho, na sua grande maioria, não abrangem uma região chave para esse tipo de pesquisa, pois trata-se da principal região do Brasil, em questão de volume de processos: o município de São Paulo, campo de pesquisa desta dissertação.

Outro aspecto importante a ressaltar, é que a contabilidade é um ramo conservador, que não sofre alterações em seus procedimentos, e adota regulamentação rígida, enquanto que a engenharia, bem como outros ramos da área tecnológica, não possuem regulamentação de procedimentos periciais. Os procedimentos são dinâmicos e sofrem alterações constantes em seus procedimentos, devido à descoberta de novas tecnologias e progresso do próprio conhecimento humano nas áreas envolvidas com diversos tipos de engenharias. Essa é mais uma razão para se verificar o que os peritos em diversas engenharias estão fazendo, pois as perícias de engenharia costumam ser bem mais complexas que as contábeis, e por não ter regulamentação, o perito tem mais liberdade para agir, gerando uma variedade muito grande de tipos de laudos, considerando sua formatação, redação, procedimentos adotados, entre outros fatores, influenciando, portanto, na qualidade do relatório pericial.

1.2. Trabalhos correlatos e revisão de literatura

Os aspectos da qualidade na elaboração de laudos periciais e seu impacto são bem explorados dentro de perícias contábeis. Isso acontece devido à existência de normas para a elaboração deles. A NBC TP 01 – Perícia Contábil, aprovada pela Resolução CFC nº 1.243/09 de 10 de dezembro de 2009, estabelece a estrutura e os procedimentos para elaboração e apresentação do laudo pericial contábil. Ela será abordada mais adiante, no item 2.3.

Analizando a questão da qualidade e adequação dos laudos periciais contábeis às normas do CFC, (ORNELAS ET AL, 2007) procurou avaliar como os peritos contábeis, de uma esfera judiciária, elaboram seus laudos e, também, verificar se há diferenças expressivas entre a prática e as proposições da doutrina e do CFC. Essa pesquisa ocorreu entre abril e agosto de 2005, em laudos anexados a processos de Embargos à Execução Fiscal, na Justiça Federal de São Paulo. Foram examinados dez laudos em varas distintas, feitos por diferentes peritos. Segundo os autores, apesar de não se constatar divergências expressivas, observaram-se omissões importantes quanto à lavratura de termos de diligências, e a supressão em todos os laudos, da indicação, abaixo da assinatura, da categoria profissional.

Propondo uma metodologia de elaboração de laudos periciais contábeis, YOSHITAKE ET AL (2006) demonstra os procedimentos que o profissional deve usar para a apresentação de um laudo de forma mais técnica. Apesar de bem descritos, os procedimentos recomendados nesse trabalho não fazem referência aos recomendados na NBC T 13.6, norma que, na época da publicação do referido artigo, regulamentava a confecção de laudos periciais contábeis, embora não entrem em contradição com ela.

Aferindo a competência profissional dos peritos contadores cadastrados no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, BRITO e JUNIOR (2007) pesquisaram, através de questionário, a impressão dos procuradores desse Ministério, destinatários dos laudos produzidos por esses peritos, com relação à competência profissional deles. Adotou como definição de “competência profissional” a descrita por Sandoval Nunes Figueiredo:

“Competência, sob o ponto de vista fundamental, é o exercício do conhecimento de forma adequada e persistente em um trabalho ou profissão”. (FIGUEIREDO, 2003)

A metodologia da pesquisa desses autores consistiu no envio de um questionário enviado aos Procuradores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, composto por onze questões, sendo nove objetivas e duas subjetivas, com alternativas de respostas baseadas em escala de Likert, compostas por afirmativas tais como "concordo totalmente", "concordo parcialmente", "discordo parcialmente", "discordo totalmente", e em outras questões itens como "extremamente importante", "muito importante", "um pouco importante", "não muito importante", e "sem importância".

O resultado desse trabalho demonstrou, segundo os autores, um elevado grau de competência dos peritos em questão, apresentando seus laudos de forma técnica, científica, fundamentada e com desenvolvimento de forma lógica e correta, e para tal usou como parâmetros a NBC T 13.6 e requisitos de competência profissional citados por outros autores (BRITO; JUNIOR, 2007, p.13).

O autor dessa dissertação discorda da posição dos autores. O trabalho divulga apenas cinco das onze questões propostas e suas respostas, aquelas que segundo os autores, representam os pontos relevantes do questionário. Uma delas, com a seguinte pergunta: *“Através da leitura do laudo V.Exa. entende que os peritos têm conhecimentos práticos teóricos dos trabalhos apresentados”*, apresenta um índice de 55,6% de concordância parcial com tal afirmação, apresentando, portanto, pontos a serem melhorados com relação ao conhecimento da matéria abordada nos laudos pelos peritos, na visão dos Procuradores.

A segunda afirmação, *“nos processos judiciais os peritos apresentam seus trabalhos de forma técnica, científica e fundamentada”*, apresenta um índice de 44,4% de concordância parcial, apresentando também deficiência, segundo os Procuradores.

A terceira afirmação, *“o conteúdo do laudo contábil apresentado é desenvolvido de forma lógica e correta”*, apresenta um índice de 38,9% de concordância parcial, mesmo índice apresentado na quarta afirmação, *“V.Exa. entende que os peritos são éticos nos trabalhos desenvolvidos”*.

Logo, a conclusão dos autores, de que os peritos contadores apresentam serviços com um alto grau de competência profissional, desenvolvendo trabalhos de forma técnica, com clareza, de forma lógica, sendo éticos nos trabalhos, na visão dos Procuradores, não corresponde ao detectado pela pesquisa, pois uma parte bem significativa tem críticas ao trabalho dos peritos, apresentando discordância em alguns pontos.

Destacando a importância da qualidade na elaboração de laudos periciais, JUNIOR e RIVAS (2007) realizaram uma pesquisa através de coleta de documentos de processos judiciais das comarcas do Distrito Federal e de Fortaleza, em um total de 56 documentos. Eles foram analisados com a utilização de uma lista de verificação, baseada em requisitos exigidos pela NBC T 13.6, além de outros escolhidos pelos autores, sobre a qualidade no aspecto de estrutura e requisitos, e também referente à influência na decisão do magistrado. Ao final da pesquisa, verificou-se que 73,68% dos laudos periciais contábeis atendem aos requisitos de trabalhos realizados com qualidade e foi comprovado que a qualidade influencia a decisão do magistrado, na opinião dos autores.

Com o intuito de destacar o papel do laudo pericial contábil na decisão judicial, PIRES (2005) destaca a importância da capacitação técnica dos peritos na execução de seu trabalho.

Após a análise de seus resultados, verificam-se pontos que merecem destaque:

- Quase um terço dos destinatários, em alguns trabalhos analisados, não conseguiu, lendo o laudo, entender os fatos controversos do processo que determinaram o pedido da prova técnica, ou seja, o perito não foi claro em especificar o que se estava querendo provar;
- Quase a metade dos peritos não foi clara, em alguns trabalhos avaliados, usando palavras de significado impreciso ou duvidoso, dificultando o entendimento por parte do magistrado;
- Acompanhando a tendência nos resultados acima, mais de um terço dos magistrados, em algumas pesquisas, acharam a leitura do laudo pericial de difícil compreensão;

- Quase a metade dos juízes, em algumas pesquisas, achou que os laudos possuem termos técnicos em excesso;
- Apesar de rebuscados, 90% dos juízes os consideraram de bom aspecto;
- Pouco mais da metade dos laudos tiveram contribuição efetiva na sentença, e praticamente um terço deles alguma contribuição na decisão do juiz;
- Há laudos feitos por peritos não especializados, embora em pequeno número.

Os problemas identificados nas observações complementares apresentadas pelos magistrados poderiam ser minimizados, caso os peritos e assistentes técnicos atentassem para os seguintes aspectos necessários para a produção de um trabalho de qualidade:

- Ser completo, claro, restrito ao objeto da perícia;
- Estar fundamentado, pois assim como o juiz deve fundamentar suas decisões, o perito deve especificar de onde vêm os princípios aplicados por ele na elaboração do laudo e como chegou às suas conclusões;
- Usar palavras que sem perder o significado técnico, sejam inteligíveis ao magistrado e aos advogados das partes, lembrando que eles não são da área de atuação do perito, portanto não possuem o conhecimento para interpretar um laudo totalmente técnico, voltado para o profissional da área que o emitiu;
- Possibilitar uma leitura fácil; muitos peritos rebuscam ao máximo o laudo, não expressando de forma clara, lógica e objetiva os resultados obtidos pela perícia, que resulta em não ser compreendido em toda sua extensão, prejudicando o esclarecimento da questão.

1.3. Estrutura do trabalho

Esta dissertação está dividida nos seguintes tópicos:

Capítulo 1 - Introdução: apresenta o tema, revisão da literatura pesquisada, justificativa do trabalho, trabalhos correlatos e a estruturação da dissertação. Explica as razões da realização da pesquisa e da dissertação, bem como a contribuição que ele dará ao ramo de engenharia, uma vez que não há trabalhos similares avaliando as perícias na área tecnológica.

Capítulo 2 - Qualidade na elaboração de laudos periciais: aborda como aplicar conceitos de qualidade na elaboração de laudos periciais. Conceitua perícia, perito e laudo pericial; mostra também sugestões de formatação de laudos periciais e aspectos envolvidos para que um laudo seja considerado de boa qualidade.

Capítulo 3 - O raciocínio jurídico e científico e seus discursos: analisa o modo de pensar do operador de direito e do engenheiro, além de abordar o discurso jurídico, usado pelo profissional de Direito, e o discurso científico, usado pelo profissional tecnológico, e suas estruturas.

Capítulo 4 - Estratégias de persuasão: aborda os métodos de persuasão usados pelo perito e pelo assistente técnico para que seu laudo contribua na sentença, trazendo a atenção do magistrado sobre o ponto em que se quer focar.

Capítulo 5 - O laudo pericial tecnológico e sua influência no processo judicial: mostra o resultado da pesquisa realizada na Comarca de São Paulo, com o intuito de verificar o quanto os laudos tecnológicos estão influenciando nas decisões dos juízes, a opinião deles sobre esses laudos e o quanto eles foram esclarecedores.

Capítulo 6 - Considerações finais: são abordados alguns aspectos sobre o impacto da tecnologia nas decisões judiciais, principalmente sobre sua influência no livre convencimento do magistrado.

Capítulo 7 – Conclusão: traz conclusões sobre a pesquisa realizada na área tecnológica.

2. Qualidade na elaboração de laudos periciais

2.1. Conceitos de perícia, perito e laudo pericial

Quando uma disputa judicial envolve elementos que fogem à alçada jurídica, colocando em pauta assuntos que dependem de conhecimentos e definições científicas de outras áreas, o juiz requisita o auxílio do perito, que através de um laudo emitirá seu parecer sobre o caso e os quesitos suscitados. Para ORNELAS (2003, p. 84), quesitos são perguntas de natureza técnica que o perito responderá, pertinentes à matéria objeto da lide. Caso elas não tenham relação com o litígio, o magistrado deve indeferí-las.

Segundo Ernesto Faria, o termo perícia provém do termo latino *peritia* e, em sentido geral, refere-se a conhecimento (adquirido pela experiência), saber e talento (FARIA, 1992, p.103).

Segundo MAGALHÃES (2001), perícia é “o trabalho de notória especialização feito com o objetivo de obter prova ou opinião para orientar uma autoridade foral no julgamento de um fato, ou desfazer conflito em interesses de pessoas”.

Outra definição é dada por ALBERTO (2000): “perícia é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos”.

Muitos autores estabelecem diferenças entre tipos de perícia; segundo ALBERTO (2000) as perícias podem ser classificadas como judiciais e extrajudiciais, e segundo YAMAGUCHI (2001), a perícia pode ser: arbitral, judicial, extrajudicial, administrativa ou operacional. Neste trabalho, será abordada apenas a perícia judicial.

A palavra “prova”, constante nas definições de “perícia” citadas acima, vem do termo latino *probare*, que significa *convencer, estabelecer uma verdade*.

Portanto, a função da perícia é estabelecer a verdade sobre os fatos apresentados em juízo, e para que seja executada de maneira cabal, entra em cena o perito.

A legislação pátria (CPC, 1973) estabelece os padrões exigidos desse profissional:

*Seção II
Do Perito*

Art. 145. Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, seção VII, deste Código.

§ 2º Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos.

Art. 146. O perito tem o dever de cumprir o ofício, no prazo que lhe assina a lei, empregando toda a sua diligência; pode, todavia, escusar-se do encargo alegando motivo legítimo.

Art. 421. O juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para a entrega do laudo.

O perito, como disposto pela lei, deve ser um profissional habilitado legal, cultural e intelectualmente, e ter total compromisso com a verdade. Suas conclusões, conforme especificado no Art. 421 do Código de Processo Civil, devem ser descritos em um documento denominado *laudo pericial*.

O laudo pericial é a materialização da prova pericial, segundo YOSHITAKE (2006); ele deve ser claro e objetivo, contendo argumentações, fundamentos e as conclusões as quais o perito chegou.

Para que o laudo atinja seu objetivo, que é de mostrar a realidade dos fatos acontecidos em determinada questão, é necessário primeiro que a perícia seja estruturada e planejada corretamente.

De maneira geral, esse planejamento deve considerar os seguintes fatores relevantes na execução dos trabalhos periciais:

- a) o conhecimento detalhado dos fatos concernentes à lide;

- b) as diligências a serem realizadas;
- c) os locais, equipamentos, documentos e vestígios a serem examinados e coletados;
- d) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de perícia a serem aplicados;
- e) a equipe técnica necessária para a execução do trabalho;
- f) os serviços especializados, necessários para a execução do trabalho;
- g) os quesitos, quando formulados;
- h) o tempo necessário para elaboração do trabalho.

Esses fatores devem ser revistos e atualizados sempre que necessário. Gráficamente, pode-se representar esse processo pela Figura 1, baseada em SANTOS e MELLO (2004):

Figura 1. Ciclo de elaboração do laudo pericial (baseada em SANTOS; MELLO, 2004, p.91)

Além desse planejamento, ao elaborar seus laudos, os peritos devem lembrar-se de algo muito importante, que pode definir o sucesso de seu trabalho em um processo: qualidade.

2.2. Qualidade

A qualidade nos serviços periciais e na elaboração do laudo é fundamental, pois seus resultados servem de base para o veredito, bem como abreviar a resolução da ação judicial (SANTOS; MELLO, 2003).

FRANCO (1997, p.228) define “qualidade”:

“Qualidade total pode ser entendida como a prestação de serviços que não somente atenda plenamente a boa técnica, a necessidade e satisfação dos clientes”.

Essa definição, destacando a necessidade e satisfação do cliente, sintetiza as definições de “qualidade” feitas por autores tidos como referência no assunto, conforme é demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Comparativo dos fatores para definição do conceito de qualidade (ALBERTON, 1999)

QUALIDADE	
Autores	DEFINIÇÃO
Deming	Perseguição às necessidades dos clientes e homogeneidade do processo de serviços com baixa variabilidade (previsibilidade).
Crosby	Cumprimento das especificações estabelecidas para satisfazer aos clientes de modo econômico.
Feigenbaum	Exigência dos clientes concretizadas através de especificações em todas as fases da produção, com qualidade de processos compatível com tais especificações.
Juran	Adequação ao uso através de percepção das necessidades dos clientes e aperfeiçoamentos introduzidos a partir de níveis de serviços já alcançados.
Ishikawa	Rápida percepção e satisfação das necessidades do mercado, adequação ao uso dos produtos/ serviços e homogeneidade dos resultados dos processos (baixa variabilidade).

JURAN (1998, p.39) ressalta a necessidade de se adotar um planejamento de qualidade para que seja garantida a satisfação dos clientes. Ele cita como exemplo, entre outros, a construção de um automóvel: seu projeto exige a participação de engenheiros mecânicos, designers, engenheiros de segurança, engenheiros elétricos, entre outros. Para tal, as ferramentas tecnológicas e métodos de planejamento da qualidade são incorporados, para que o produto específico, o automóvel, seja desenvolvido e entregue.

Esse planejamento garantirá não só o cumprimento das melhores técnicas de disciplinas envolvidas nesse processo, mas também responder às necessidades dos clientes

que irá adquirir e se beneficiar dos produtos ou serviços. Além disso, a boa técnica, um dos objetivos da qualidade, para que seja confiável, deve ter fundamentação científica, adotando uma metodologia em sua execução.

O laudo pode ser classificado como um produto, cujo destinatário final, ou cliente, é o juiz; logo, a ele também pode ser aplicado o conceito de planejamento da qualidade. Para tal, é necessário saber quais aspectos deverão ser considerados na sua emissão.

2.3. Aspectos influentes na qualidade do laudo pericial

O laudo pode ser comparado a um discurso, e todo discurso possui uma estrutura que é seguida, mesmo que intuitivamente, por qualquer orador, desde a época da Grécia antiga. A estrutura básica de um laudo, bem como de um discurso, é composta basicamente pelos seguintes componentes (MEDEIROS JR; FIKER, 1999):

Exórdio: apresentação do tema e tese a ser desenvolvida. Deve despertar o interesse do destinatário em ouvir ou ler o discurso;

Narração: narrativa dos fatos que vão motivar o aparecimento da tese apresentada. Esses fatos devem ser apresentados de forma a justificar a ação que será exercida no sentido de dar respostas a esses fatos, os quais necessitam de solução;

Confirmação: exposição da tese para solucionar os problemas apresentados;

Peroração: encerramento do discurso.

Para um melhor entendimento, segue um exemplo. Supondo que se queira justificar a implantação de política de segurança de acesso à INTERNET em uma empresa, têm-se:

Exórdio: A INTERNET é uma excelente ferramenta corporativa, sendo essencial em uma empresa no tempo atual. Porém, junto com as soluções que ela provê com seu bom uso, faz-se primordial, para a garantia e segurança dos negócios, se precaver contra o seu mau uso, pois ele pode trazer graves consequências para a empresa.

Narração: Ameaças como espionagem industrial, destruição ou roubo de dados, entre outras, entram na empresa através de vírus, normalmente adquiridos pelos próprios funcionários que, sem saber, divulga-os através da rede da empresa pela ausência de uma política de uso dos recursos computacionais. Para que tal problema seja solucionado, deve haver uma regulamentação de uso de sistemas computacionais corporativos.

Confirmação: Essa regulamentação se dará através de uma política de segurança, que conterá regras para uso de sistemas corporativos, todas elas visando a segurança da informação e do sistema computacional da empresa. Todo funcionário deverá assinar uma cópia dela, e deverá seguir suas recomendações, sob pena de ser responsabilizado por alguma ação não permitida por essa política.

Peroração: Dessa forma, será promovido o uso seguro dos recursos computacionais da empresa, garantindo a continuidade dos negócios da empresa.

Aplicando essa estrutura na elaboração de um laudo, pode-se dizer que a narração corresponde à coleta de dados que servirá de base para a elaboração e fundamentação da tese, e à confirmação, as conclusões do laudo.

Outros autores especificam itens a serem levados em consideração na confecção de um laudo pericial. Segundo SÁ (2002, p.46) um laudo pericial deve ter atributos mínimos de qualidade que permitirão sua validação como prova técnica. Eles são descritos a seguir:

Objetividade: o laudo deve ser racional e objetivo. Não deve conter impressões pessoais do perito, o que ele supõe, para não torná-lo subjetivo, mas deve conter o que ele observou em suas investigações, conforme afirma SÁ (2002):

“A objetividade é um princípio que se estriba no preceito acolhido pelas ciências, ou seja, a exclusão do julgamento em bases “pessoais”, ou “subjetivas”.

Rigor tecnológico: o laudo não deve conter divagações à respeito do trabalho de perícia, mas deve ater-se à sua área de conhecimento, restringido-se ao que é reconhecido como científico dentro de sua área.

Concisão: o laudo não deve ser prolixo; deve ser bem redigido, ser exato nas respostas aos quesitos e nas conclusões. Concisão aplica-se também a não ultrapassar os limites do objeto da perícia.

Argumentação: o laudo deve apresentar as razões pelas quais o perito chegou a determinadas conclusões, e isso deve ser sustentado por documentos, evidências e outros meios que sejam vinculados às conclusões do perito.

Exatidão: como já comentado, o perito não deve supor, deve ter certeza de suas convicções ao redigir o laudo. Se a resposta não se sustenta por métodos considerados científicos e aceitos pela comunidade, o perito deve apresentar as circunstâncias observadas, e apresentá-las para a apreciação do juiz, pois suposição ou presunção não é ato jurídico que compete ao perito.

Clareza: o destinatário do laudo, o juiz, não tem obrigação de entender o jargão da área técnica envolvida na perícia, portanto, a clareza de linguagem é essencial para uma boa comunicação entre perito e juiz. Como o perito deve ter rigor científico ao redigir seu laudo, vez por outra é necessário o uso de um termo técnico idiossincrático da área; nesse caso, deve-se conceituar tal termo, para entendimento da resposta. Essa resposta também não deve gerar outro quesito a ser esclarecido, ou outra pergunta, mas responder de modo claro e definitivo ao quesito proposto, sem a possibilidade de dupla interpretação. Em alguns casos, os quesitos são formulados de maneira “incompleta” ou às vezes até sem nexos causais com a matéria da perícia, por falta de conhecimento de quem os formula ou com intenção de ofuscar um entendimento mais abrangente do juiz, dificultando o perito na confecção de um laudo adstrito à matéria da perícia, ocasião em que o perito pode complementar a resposta, antevendo os pontos onde se faz necessário um esclarecimento maior, para evitar polêmicas ou brechas que podem ser usadas pelos assistentes técnicos da parte contrária para a invalidação do laudo.

Outros itens devem ser levados em conta para que o laudo obtenha uma qualidade aceitável aos padrões para o qual ele se destina, como revisão gramatical e lógica de pensamento e exposição. Eles estão ligados a itens como clareza e concisão, pois um laudo com erros de gramática e ortografia, e ainda confuso, perde sua credibilidade, sendo passível de nulidade e solicitação de segunda perícia, conforme disposto no Código de Processo Civil, em seu Art. 438.

Organizar e desenvolver o conteúdo do laudo de forma lógica e tecnicamente correta obriga o perito a pensar criativamente em como oferecer um documento técnico inteligível para seus leitores, com qualidades técnicas impecáveis, que permitam, através de sua leitura, entender os contornos do processo, os fatos controvertidos que ensejaram o próprio pedido da prova técnica, bem como a certificação positiva ou negativa desses mesmos fatos. Justamente um desses fatores, sua compreensibilidade, serve para medir a qualidade do laudo, pois quanto mais pedidos de esclarecimentos de seu conteúdo, menor sua qualidade (ORNELAS, 2003).

Um laudo pericial precisa expor sua lógica de pensamento de forma bem adequada, e para tal requer uma boa estrutura. Em relação à estruturação do laudo pericial, SÁ (2002, p. 45) cita os seguintes itens essenciais:

- a) prólogo de encaminhamento;
- b) quesitos;
- c) respostas;
- d) assinatura do perito;
- e) anexos;
- f) pareceres (se houverem).

ALBERTO (2002, p. 124) sugere uma estrutura um pouco mais detalhada:

- a) abertura;
- (b) considerações iniciais a respeito das circunstâncias de determinação judicial e os exames preliminares da perícia;
- (c) determinação e descrição do objeto da perícia;
- (d) informação da necessidade ou não de diligências e, quando houver, a descrição dos atos e acontecimentos dos trabalhos de campo;
- (e) exposição de critérios, exames e métodos empregados no trabalho;

(f) considerações finais, em que conste a síntese conclusiva do perito a respeito da matéria analisada;

(g) transcrição e respostas aos quesitos formulados;

(h) encerramento do laudo, com identificação e assinatura do profissional;

(i) quando houver, a juntada sequencial, dos anexos, documentos de outras peças anexadas ao laudo e ilustrativas deste.

Dentro de um nível mais prático, YOSHITAKE ET AL (2006, p.4) estabelece um organograma a ser seguido em todas as fases da elaboração do laudo pericial. Esse organograma originalmente se aplica a laudos periciais contábeis, mas pode ser aplicado, em sua essência, a qualquer laudo. Sua estrutura é composta de três planos, que são executados em uma ordem lógica, abrangendo conhecimento sobre o que se está investigando, obtenção de dados, e estruturação e exposição dos resultados através do laudo pericial.

A Figura 2 ilustra a primeira fase proposta nessa metodologia:

Figura 2 - Primeira fase de elaboração do laudo (YOSHITAKE ET AL, 2006)

Evento 1- identificar os fatos geradores do pedido da ação e da contestação:

essa fase compreende uma leitura atenta dos autos, para identificar as causas que levaram à existência da lide. Identificado o âmbito da discussão, têm-se o conhecimento do trabalho a ser desenvolvido. Para alcançar este conhecimento, é necessário identificar três aspectos fundamentais do processo para o adequado planejamento e organização dos trabalhos:

1) Deve-se procurar saber a motivação da discussão daquele feito;

- 2) Estabelecer nexos temporal com os fatos narrados nos autos;
- 3) Conhecer objeto do trabalho pericial requerido pela parte.

Evento 2 - Analisar os quesitos ofertados e confrontá-los com o objeto da perícia deferida pelo magistrado: Esta etapa constitui na identificação, em cada quesito, do procedimento de perícia necessário para respondê-lo plenamente, estimando o tempo que se levará para cada procedimento pericial.

A seguir, na Figura 3, visualiza-se a segunda fase:

Figura 3 - Segunda fase da elaboração do laudo (YOSHITAKE ET AL, 2006)

Evento 1- Elaboração do termo de diligência: elaboração de expediente para as partes e magistrado para solicitação de elementos necessários para examinar, verificar, manusear, analisar, conferir, certificar conexos com o motivo da perícia.

Evento 2 - Retorno de pedido às partes: na coleta de vestígios e documentos, o perito pode encontrar algumas barreiras para a obtenção desses itens. Quando se depara com as condições acima, o procedimento adequado é, inicialmente, identificar com o perito assistente ou contato da empresa a motivação da não apresentação dos mesmos, e depois solicitar providências para que sejam providenciados, se for legalmente cabível.

Evento 3 – Obtenção de elementos com terceiros: nesse evento são providenciados documentos e solicitações junto a órgãos e pessoas não interessadas no processo, que podem contribuir com o esclarecimento da lide. Aqui se enquadra, por exemplo, pedido de quebra de sigilo bancário.

Evento 4 - Pedido de prazo e elementos ao magistrado: quando o perito percebe que o prazo concedido pelo juiz é insuficiente, esse evento é exigido, explicando os motivos pelo qual ele é necessário.

Após esses eventos, entra em cena a elaboração do laudo, conforme demonstrado na Figura 4:

Figura 4 - Elaboração do laudo (YOSHITAKE ET AL, 2006)

Quanto à formatação do laudo, (YOSHITAKE, 2006) recomenda cuidado com a sua formatação, pois se o perito usar a formatação de relatório técnico recomendada pela ABNT (1989) poderá ter problemas. Os processos judiciais são enfileirados mediante colchetes que juntam as peças de um processo em volumes de até duzentas folhas cada. A furação que estas páginas recebem, caso o laudo fosse formatado dentro das normas técnicas de apresentação de um relatório técnico, onde este poderia estar inserido, resultaria em perda do conteúdo, já que usualmente textos escritos com margem direita inferior a três centímetros estariam com a leitura prejudicada. Assim, a margem direita deve ser sempre superior a 3 centímetros e meio.

Como demonstrado, vários autores recomendam diversas formatações de laudos e alguns até metodologia de trabalho pericial, que inclui sua elaboração, porém não existem normas processuais ou técnicas que determinem quantas ou quais deverão ser as partes que deverão constituir o laudo pericial, com exceção da perícia contábil.

A apresentação de um laudo pericial contábil é regida pela NBC TP 01 – Perícia Contábil, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.243/09, que regulamenta a confecção desse documento.

Segundo o item 55 dessa norma, o laudo pericial contábil deve conter os seguintes itens (BRASIL, 2009):

- a) identificação do diligenciado;
- b) identificação das partes ou dos interessados, e, em se tratando de perícia judicial ou arbitral, o número do processo, o tipo e o juízo em que tramita;
- c) identificação do perito com indicação do número do registro profissional no Conselho Regional de Contabilidade;
- d) indicação de que está sendo elaborado nos termos do item 49 desta Norma;
- e) indicação detalhada dos livros, documentos, coisas e demais elementos a serem periciados, consignando as datas e/ou períodos abrangidos, podendo identificar o quesito a que se refere;
- f) indicação do prazo e do local para a exibição dos livros, documentos, coisas e elementos necessários à elaboração do laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, devendo o prazo ser compatível com aquele concedido pelo juízo, contratante ou convencionado pelas partes, considerada a quantidade de documentos, as informações necessárias, a estrutura organizacional do diligenciado e o local de guarda dos documentos;
- g) após atendidos os requisitos da alínea (e), quando o exame dos livros, documentos, coisas e elementos, tiver de ser realizado junto à parte ou ao terceiro que detém em seu poder tais provas, haverá a indicação da data e hora para sua efetivação; e
- h) local, data e assinatura.

3. O raciocínio jurídico, o raciocínio científico e seus discursos

Como já comentado, o Direito exerce uma função ordenadora na sociedade. Ao longo da história, a sociedade sofreu alterações, mudando seu modo de governo, valores, conceitos, e outros atributos. E o Direito, como agente regulador de uma sociedade, também acompanhou e acompanha essa tendência.

Ao se elaborar uma norma, pensa-se no valor a ser protegido, que é estipulado pela sociedade que elabora a lei, e esse valor acaba influenciando na sua criação. Pode-se observar esse comportamento na história: os valores vigentes na Idade Antiga se voltavam aos interesses políticos existentes na sociedade local; logo, o Direito servia a eles. Na Idade Média, o Direito servia e protegia os interesses da Igreja e dos nobres, quando havia uma mescla de Estado com Igreja e Direito com dogmas. Na Idade Moderna, a burguesia passa a ter uma poderosa influência na sociedade e estabelece normas jurídicas para assegurar seus negócios. Na Idade Contemporânea, o Direito volta-se para questões sociais, a liberdade do indivíduo e seus direitos e deveres e a defesa daqueles em desvantagem perante uma causa jurídica.

Portanto, a idéia de valor para o homem, ao estabelecer normas e preceitos de Direito, varia de acordo com seu interesse pelas questões políticas, econômicas e sociais durante sua história.

Por trabalhar com valores, o Direito sempre enfrenta dilemas e conflito desses valores, pois cada um vê o mundo de acordo com seu prisma, tendo portanto, conceito de valor e interesses diferentes do outro. Essa situação, para ser tratada de forma eficiente, exige uma metodologia e raciocínio voltado para a dialética.

3.1. O método e o pensamento dialético

Dialética (do grego διαλεκτική) era, na Grécia Antiga, a arte do diálogo, da contraposição e contradição de idéias que leva a outras idéias. O verbo διαλεγεται, do qual deriva o termo διαλεκτική, significa *"dialogar, mas no sentido de discutir, com*

intervenções de ambas as partes, contrastantes uma em relação à outra." (BERTI, 1998, p. 19)

Segundo KONDER (1993, p.5), dialética é a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão. O dicionário Houaiss, apoiando-se em Aristóteles, define dialética como “raciocínio lógico que, embora coerente em seu encadeamento interno, está fundamentado em idéias apenas prováveis, e por esta razão traz sempre em seu âmago a possibilidade de sofrer uma refutação.” (HOUAISS, 2001)

A dialética vê o mundo e suas manifestações de forma relativa; para ela a realidade é dinâmica, complexa, totalizante e construída de forma coletiva pelo ser humano, tendo como resultado um progresso ou regresso dessa realidade, já que estabelece que os fatos não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, entre outros. Essas mudanças ocorrem através da contradição entre duas coisas, gerando uma transformação através do conflito entre elas: há uma tese, cujas idéias são combatidas por uma antítese, gerando uma síntese, na qual pode haver elementos das duas teses, ou não. Essa discussão refere-se a um disputar com o objetivo de um melhoramento comum e aprofundamento do assunto; discute-se visando alcançar uma explicação que satisfaça ambas as partes. Quando há teses conflitantes, pode surgir uma ou mais conclusões, que se originam de argumentos supostamente coerentes de cada parte. Então, nesse caso, temos duas soluções ou interpretações para um problema, que podem gerar por exemplo, dois vereditos a respeito deles, tornando incerta a questão discutida. Para se tratar de questões incertas, muito comum em dialética, foram desenvolvidas as lógicas paraconsistentes.

As lógicas paraconsistentes romperam o paradigma caracterizado pela lógica de tradição aristotélica, possibilitando que se possa aceitar a existência de teorias inconsistentes e a coexistência de sistemas lógicos incompatíveis entre si.

3.1.1. Críticas ao raciocínio dialético

O raciocínio dialético segue uma linha indutiva, ou seja, parte do particular para o universal. Veja o exemplo de um raciocínio indutivo:

Antonio é mortal.

Benedito é mortal.

Marcos é mortal.

Manuel é mortal.

Ora, Antonio, Benedito, Marcos e Manuel são homens.

Logo, todos os homens são mortais.

As conclusões obtidas por meio da indução correspondem a uma verdade não contida nas premissas consideradas, diferente do que ocorre com a dedução. Em outras palavras, a conclusão que se chega por meio de uma indução é verdadeira para aquela amostra. No exemplo acima, pode-se garantir que Antonio, Benedito, Marcos e Manuel são mortais; mas e os outros homens?

Assim, se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, já que baseadas em premissas igualmente verdadeiras, por meio da indução chegam a conclusões que são apenas prováveis.

Esse enunciado, que o senso comum tem como evidente pela indução diária, não constitui rigorosamente uma evidência. Ou seja, o fato de que algo acontece desta ou daquela maneira, não significa que o será assim para sempre, obrigatoriamente.

Essa objeção, de certa forma, pode ser contornada pela teoria da probabilidade, que possibilita indicar os graus de força de um argumento indutivo.

Além disso, David Hume, um dos principais críticos do método indutivo, afirma que faz parte da natureza humana esperar que o futuro se assemelhe ao passado, portanto somos criaturas indutivas, e que todos os argumentos indutivos, por partirem de observações passadas para concluir como será o futuro, dependem de uma premissa adicional, chamada por ele de Princípio da Uniformidade da Natureza, para servir de base para as induções (HOSPERS, 1997, p. 122-125). Ora, se esse princípio *a priori* é aceito como verdadeiro, então passa a ser dedução, pois se está partindo de uma premissa

universalmente aceita. Logo, pode-se afirmar, em alguns casos, que um argumento indutivo depende de um argumento dedutivo prévio.

Porém, não há como deixar de reconhecer a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais. Serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a postura especulativa e adotassem a observação como procedimento indispensável para atingir o conhecimento científico.

Seus influxos originaram técnicas de coleta de dados e elaborados instrumentos capazes de mensurar os fenômenos sociais.

3.2. O método e o pensamento dedutivo

O profissional tecnológico tem raciocínio dedutivo, determinístico, “é ou não é”.

O método dedutivo, de acordo com a aceção clássica, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.

É o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios “*a priori*” evidentes e irrecusáveis.

O protótipo do raciocínio dedutivo é o silogismo, que consiste numa construção lógica que, a partir de duas proposições chamadas premissas, retira uma terceira, nelas logicamente implicadas, denominada conclusão.

Seja o exemplo:

Todo homem é mortal. (premissa maior)

Pedro é homem. (premissa menor)

Logo, Pedro é mortal. (conclusão)

O método dedutivo encontra larga aplicação em ciências como a Física e a Matemática, cujos princípios podem ser enunciados como leis; por exemplo, da lei da gravitação universal, que estabelece que "matéria atrai matéria na razão proporcional às massas e ao quadrado da distância", podem ser deduzidas infinitas conclusões, das quais seria muito difícil duvidar.

Já nas ciências sociais, o uso desse método é bem mais restrito, em virtude da dificuldade para se obter argumentos gerais, cuja veracidade não possa ser colocada em dúvida.

3.2.1. Críticas ao raciocínio dedutivo

Mesmo do ponto de vista puramente lógico, são apresentadas várias objeções ao método dedutivo. Uma delas é a de que o raciocínio dedutivo é essencialmente tautológico, ou seja, permite concluir, de forma diferente, a mesma coisa.

Esse argumento pode ser verificado no exemplo apresentado; quando se aceita que todo homem é mortal, colocar o caso particular de Pedro nada adiciona, pois essa característica já foi adicionada na premissa maior, ou seja, se todo homem é mortal, conforme é afirmado na premissa maior, Pedro, por ser homem, afirmado na premissa menor, já está inserido nesse contexto, não precisando de nenhum raciocínio lógico para se descobrir se ele é mortal ou não.

Outra objeção ao método dedutivo refere-se ao caráter apriorístico de seu raciocínio. De fato, partir de uma afirmação geral significa supor um conhecimento prévio. Como é que se pode afirmar que todo homem é mortal? A afirmação de que todo homem é mortal foi previamente adotada e não pode ser colocada em dúvida. Por isso, os críticos do método dedutivo argumentam que esse raciocínio assemelha-se ao adotado pelos teólogos, que partem de posições dogmáticas.

Se esse conhecimento derivar da observação repetida de casos particulares, passa a ser indução. Logo, pode-se afirmar, em alguns casos, que um argumento dedutivo depende de um prévio argumento indutivo.

3.3. Conclusão sobre os modos de pensar das áreas jurídicas e tecnológicas

Devido aos modos de pensar predominantes de cada uma dessas áreas, a comunicação entre elas pode se tornar difícil, pois ambos pensam de maneira diferente.

O ministro Eros Grau afirmou:

“A suposição da existência de apenas uma definição verdadeira – exata – é insatisfatória no âmbito do Direito. Não há, nele, uma definição exata de qualquer termo conceitual, mas sempre um elenco de significações, de cada termo, conversível em elenco de ‘definições’ corretas. Vimos já que, no Direito, para cada problema podem ser discernidas inúmeras soluções, nenhuma delas exata, porém todas corretas. O dinamismo e a complexidade da realidade social reclamam a disponibilidade de um arsenal de soluções corretas a serem adotadas pelo aplicador do Direito. De outra parte, em razão das mesmas causas acima referidas – complexidade e dinamismo da realidade social – a prisão do aplicador do Direito a uma concepção ontológica unidimensional torna-se também insatisfatória.” (GRAU, 1988, p.78)

Com base nessa afirmação, entende-se que a lógica jurídica é uma lógica de preferência, não é uma lógica de consequência, ou seja, escolhe-se a melhor solução para o caso; essa linha de raciocínio é inadmissível para um profissional tecnológico, pois ele trabalha com fatos e premissas e modo de pensar que levam a uma só conclusão.

Apoiando a afirmação de Eros Grau, (PERELMAN, 1998, p. 8) ressalta que os raciocínios jurídicos são acompanhados por incessantes controvérsias, e que, para solucionar os impasses criados por essa situação, há a necessidade de impor uma solução mediante autoridade, geralmente por meio de um juiz. Segundo Perelman, devido a essa característica, é que o raciocínio jurídico se distingue do raciocínio científico, especialmente as ciências dedutivas. Por ser quase sempre controvertido, o raciocínio jurídico, ao contrário do raciocínio dedutivo puramente formal, em raras ocasiões poderá ser considerado *correto* ou *incorreto*, de um modo impessoal.

Apesar dessas diferenças e características peculiares, as lógicas empregadas por cada um desses profissionais não é uma melhor que a outra; ambas se complementam, são dependentes entre si e devem ser adotadas dependendo do caso em que melhor se aplicam.

Um exemplo disso é o uso de lógicas paraconsistentes dentro do ramo tecnológico. Os estudos de lógicas paraconsistentes tem sido alvo de grandes estudos da Inteligência Artificial, no tratamento de bases de dados que contenham inconsistências, fundamentando procedimentos alternativos aos tradicionais no trato deste tipo de problema.

Analisaremos a seguir como o perito e o operador de Direito pensam, como eles expressam esses pensamentos, através das ferramentas de exteriorização dos raciocínios, os discursos usados por cada um, sob a visão da semiótica e da argumentação.

3.4. O discurso jurídico e o discurso científico

3.4.1. Nominalismo e realismo

Referindo-se a questão da interpretação de enunciados e signos, PERELMAN (1997, p.23) classifica, de maneira geral, dois posicionamentos em relação a eles: o realismo e o nominalismo. A posição realista espera que as expressões linguísticas expressem a realidade objetiva à qual se refere, para que possa julgar a verdade ou falsidade das asserções. A posição nominalista se volta para o sentido dos enunciados, classificando o sentido como obra humana. E como obra humana, o sentido, bem como as expressões linguísticas, devem exprimir, de um modo que lhes pareça apropriado, os problemas e as soluções que os homens preconizam nas mais diversas áreas (PERELMAN, 1997, p.25).

Para Perelman, o Direito, por ser uma ciência humana, é sustentado pelo nominalismo, pois se adapta perfeitamente à visão nominalista das soluções de problemas. Ao elaborar uma legislação, o legislador propositalmente escreve a lei de forma mais abrangente possível, para que possa ser aplicado o melhor sentido para ela naquele momento. É comum encontrar palavras como *“equidade”*, *“interesse público”*, *“justo”*, na redação das leis, porém são palavras com sentido vago, cuja interpretação depende de fatores sociais e culturais, pois o que é justo ou equitativo na visão de um, por exemplo, pode não ser para outro. Essa flexibilidade de interpretação permite que a aplicação da lei se adapte a determinada situação, não sendo necessária a alteração da legislação para que

ela seja aplicada de forma correta à nova situação. Essa posição é defendida por Perelman, nas seguintes palavras:

“Sabemos, porém, não só que o legislador abandona de quando em quando ao juiz o cuidado de precisar a regra, mas também que um texto que parece ser perfeitamente claro pode deixar de sê-lo quando é preciso aplicá-lo a situações imprevistas e nas quais o legislador não pôde pensar. São claras as noções cujas extensões são conhecidas; ora, o que caracteriza qualquer legislação que comporta a obrigação de julgar é que ela pode dever ser aplicada a situações radicalmente novas. Como explicar as reviravoltas de jurisprudência que ocorrem regularmente em qualquer sistema jurídico? Quando, perante um novo caso de aplicação, a interpretação antiga é julgada contrária à finalidade de uma instituição jurídica, a decisão jurisprudencial poderá dar ao texto antigo um sentido novo. Tal modo de agir constituirá uma burla, em tais circunstâncias haveria urgência ou negligência, tal decisão administrativa será conforme o interesse geral? As decisões judiciais, ao qualificar os atos e as situações, fazem um julgamento, que não é meramente conforme a uma realidade objetiva, mas resulta de uma apreciação dos elementos em causa. Essa apreciação judiciária, que redunde em qualificar os atos de certa forma, precisa a extensão de um conceito e contribui, com isso, na medida em que cria um precedente, para definir a compreensão de um ou outro termo da lei. É assim que o juiz colabora, com suas decisões, para o aperfeiçoamento de uma ordem jurídica, que não é simplesmente um dado objetivo que o magistrado teria que aplicar cegamente. Ao enunciado, cuja verdade ou falsidade pressupõe um sentido preciso e invariável, opõe-se o julgamento resultante de uma apreciação judiciária, que dá um sentido determinado aos textos aplicados (PERELMAN, 1997, p.26-27).

Conforme destacado, o discurso judiciário tem elementos da personalidade de quem julga, pois toda obra humana tem a marca do ser humano. O julgamento é uma tomada de posição, que precisa ser fundamentada, e essa fundamentação é baseada na visão que o julgador tem da situação.

PERELMAN (1997, p.27) afirma que na concepção realista, o pensamento é “*uma atitude contemplativa que visa reconhecer a evidência de uma intuição ante um objeto que se impõe a todo sujeito cognoscente que aplica os métodos racionais*”. Ou seja, a realidade deve ser interpretada de acordo com as evidências encontradas, e não ser modificada ou entendida de forma subjetiva.

Na concepção nominalista, que encara o sentido como humano, portanto perfectível e modificável, o pensamento consiste em uma apreciação, em um juízo, cuja decisão não se impõe necessariamente, pois precisa ser justificada de modo racional. Logo, ele não se

inclina diante seu objeto, como na concepção realista; ele adapta as regras aceitas a uma nova situação, que é avaliada pelo seu julgamento.

3.4.2. As palavras e a realidade

A realidade, sob o ponto de vista ontológico, possui características, propriedades e funções específicas, que não se confundem com o pensamento sobre ela. Quando se pensa, por exemplo, em uma casa, não é possível compreender a casa em sua totalidade ontológica, pois se fosse possível pensar em uma casa tal como ela é, não seria possível suportar o peso dela em nossa mente. Então, existem duas coisas distintas: o pensamento da casa e a casa de fato. Mesmo que existisse a possibilidade de se pensar a realidade tal como ela é, não seria possível comunicá-la com a mesma precisão de detalhes. Isso acontece porque quando há uma comunicação, o pensamento, ou essência, é transmitido através de códigos, que são as palavras. Elas tentam reproduzir a idéia do que se quer comunicar. Ao recebê-las, o receptor decodifica-as, e atinge a idéia, o pensamento original.

É primordial que o receptor conheça o referente, o objeto da realidade, pois do contrário, ele terá sua própria impressão da realidade, e decodificará de maneira errada a idéia transmitida a ele. O referente pode ser visto de maneiras diferentes, sofrendo influências diversas, inclusive culturais. Por exemplo, o conceito de “branco” para os esquimós, é bem mais rico que o do europeu; os esquimós têm mais de 20 palavras para se referir a tipos de branco, pois vivem em ambiente predominantemente branco, e dependem dessa capacidade de distinguir tonalidades de branco para sobreviver.

3.4.3. Norma jurídica e ideologia jurídica

Uma das condições para que algo seja verdadeiro é que tenha sentido, mas se tiver sentido, não significa que obrigatoriamente seja verdadeiro. A norma jurídica não é um amontoado de regras; ela possui um sentido por trás dela, que o legislador expressou através das palavras do código. A interpretação desse código é que produz o direito, produzindo a ideologia do Direito, extraindo do código outros sentidos possíveis. Um juiz mais conservador pode ter um entendimento A sobre tal norma, enquanto um juiz mais liberal pode ter um entendimento B, pois cada um tem critérios de valor diferentes, portanto ideologias jurídicas diferentes.

3.4.4. Diferenças entre o discurso jurídico e o discurso científico

O discurso jurídico baseia-se no princípio de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo a não ser em virtude de lei. Para que haja a aplicação da lei, ou a obrigatoriedade de determinado proceder, o juiz precisa se convencer de que o que o autor da ação diz é verdadeiro ou falso, e aplicar sua sentença, citando a fundamentação dela. Quando a questão pode ser resolvida dentro do âmbito jurídico, o juiz decide à luz do Direito, mas se houver necessidade de esclarecimentos que fogem ao conhecimento do magistrado, o perito entra em cena.

Segundo BARROS (2002, p.148), todo discurso envolve uma ideologia, que por sua vez se origina de uma visão de mundo. CHAUÍ (*apud* BARROS, 2002, p. 148) a define:

“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e preservam aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.”

Como já colocado, os juristas e técnicos possuem uma visão de mundo diferente uns dos outros. O discurso científico gera um saber, uma verdade, e não admite interpretações paralelas, enquanto o discurso jurídico admite a existência de verdades paralelas. Na elaboração do laudo pericial e sua análise e discussão pelos assistentes técnicos e juiz, vários aspectos são levados em conta. Esse processo é descrito no seguinte quadro semiótico:

Figura 5 - Quadro semiótico
Fonte: (GREIMAS; COURTÉS, 1979)

O perito trabalha no lado “*Verdade*” do quadrado, pois procura mostrá-la, e convencer o juiz de que sua afirmação de “*parecer ser*” de fato “*é*”. Os assistentes técnicos podem trabalhar no lado “*Segredo*” (“*não parece, mas é*”), omitindo alguns aspectos do laudo pericial não interessantes ao seu cliente, ou no lado da “*Falsidade*”, tentando convencer o juiz de que as afirmações do perito “*não parecem*” e “*não são*” a verdade, ou em ambos. O que o assistente técnico, e muito menos o perito, não podem, é trabalhar do lado da “*Mentira*”, aquele que “*parece, mas não é*”.

Em relação ao juiz e ao perito, apesar de abordarem a questão de maneiras diferentes, possuem um objetivo em comum: a busca da verdade. O juiz precisa ser convencido da verdade, uma vez que solicitou ao perito que lhe mostrasse detalhes fora de sua área de atuação. A seguir, será abordada a questão de como fazer um laudo convincente e útil para tal fim.

4. Estratégias de persuasão

A elaboração do laudo não exige simplesmente que se relate com rigor técnico o que foi constatado; o perito experiente, seja no papel de perito judicial ou de assistente técnico, pode usar alguns estratagemas para fazer com que seu laudo ou parecer técnico surtam o efeito desejado, a saber, mostrar como os aspectos técnicos abordados pelo profissional tecnológico podem influir desta ou daquela maneira no veredito do magistrado.

Quando se pensa em provas, pensa-se em relação entre vestígios; e essa relação dos vestígios deve ser relatada no laudo de maneira exata, pois as circunstâncias determinam as consequências jurídicas dos fatos; por exemplo, pode-se provar que houve dolo? Ou houve imperícia? Ou ainda negligência? Ou então o ato foi culposos? Resumindo, deve-se determinar a extensão e a causa do fato.

Para que se tenha sucesso no que se quer provar, os quesitos são o primeiro tópico a que o perito deve se atentar; quesitos bem formulados e bem respondidos determinarão o sucesso da perícia. Devem ser direcionados para *“o que se quer descobrir”*. No caso do assistente técnico, ele deve direcionar os quesitos para *“o que interessa ao seu cliente”*.

Deve-se colocar a conclusão, ou seja, a resposta aos quesitos, em primeiro lugar, antes de fundamentá-la, pois assim as chances do juiz lê-los aumentarão, e dessa forma a resposta ao que ele quer saber virá em destaque. Do contrário, ele perderá o interesse em ler o laudo, fazendo uma leitura desatenta, podendo formar um conceito equivocado sobre o caso.

Com respeito ainda em despertar o interesse do magistrado, o assistente técnico, ao elaborar seu parecer, deve fazer com que o juiz se atente para o que ele quer contestar. Então, o parecer deve despertar a atenção do magistrado, e para tal há alguns procedimentos que cumprem esse papel. Ir direto ao ponto é um deles; por exemplo, poderá iniciar o exórdio (a parte introdutória do laudo ou parecer) com dizeres como: *“O ilustre perito cometeu um equívoco”*. Palavras como estas alteram o comportamento do destinatário, que passa de simples leitor a participante interessado, principalmente quando

se referem a afirmações incontestáveis, que não necessitam de argumentações para serem aceitas.

Quando os quesitos forem tendenciosos, o perito deve respondê-los de um modo que conduza a resposta para o que se quer descobrir ou saber. Isso acontece com frequência, pois as partes querem defender seus interesses, ou seja, a vitória na lide.

DUCROT (apud BARROS, 2002, p.96) estabelece estabelece três leis do discurso: a informatividade, a exaustividade e a utilidade. Sobre a informatividade, Ducrot afirma que o locutor deve dizer ao ouvinte o que supõe que ele desconheça. Como exemplo, pode-se citar o seguinte quesito, com sua possível resposta, envolvendo o uso indevido de recursos computacionais de uma empresa:

Quesito: Existe uma política de segurança implantada na empresa?

Resposta: Sim, e está implantada desde o mês de outubro de 2001. Ela é entregue para cada funcionário admitido, em duas vias, uma das quais é devolvida assinada para o empregador. A política de segurança pode ser acessada também pela INTRANET da empresa no endereço: http://intranetdaempresa/politica_de_seguranca.

Se a resposta for um lacônico *sim*, o perito estará deixando de fornecer subsídios importantes ao juiz, que poderão influir positivamente em sua sentença. O fato da política de segurança ser entregue a cada funcionário, para que tome conhecimento dela, tanto por meio de mídia impressa e eletrônica, reforça o interesse da empresa em deixar claro as condições de uso de seus recursos computacionais, respondendo de antemão perguntas que poderiam ficar sem resposta, como:

O funcionário sabia da existência dessa política?

Se soubesse, há como acessá-la?

Se ele perdesse seu exemplar em mídia impressa, teria como acessá-la eletronicamente?

Essas perguntas, se ficarem sem respostas, poderiam ser usadas como argumento pelos assistentes técnicos e advogados do réu para inocentá-lo, pois não havendo aderência às normas para uso dos recursos computacionais da empresa pelo funcionário, é questionável ele ser obrigado a usá-lo desta ou daquela maneira, pois “*ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo a não ser em virtude de lei*”, a base do discurso jurídico.

Ser conciso é uma virtude, mas essa qualidade torna-se um defeito grave se mal usada, conforme demonstrado.

Sobre as lítotes, um tipo de figura de linguagem empregado nos discursos, Ducrot afirma que ela é aplicada quando o locutor leva o ouvinte a interpretar o enunciado como dizendo mais do que sua significação literal. Nesse caso, trabalha-se com os implícitos da linguagem, pressupostos e subentendidos. No caso dos subentendidos, a estratégia usada é fazer o enunciatário pensar ou dizer o que o enunciador pretende, mas devido a conveniências ou razões sociais, não convém dizer. Um exemplo de quesito, onde em uma ação hipotética se pleiteia uma indenização por não má prestação de serviços de instalação de rede, ilustra essa situação:

Quesito: O sistema estava dimensionado para suportar o número de acessos?

Resposta: Nada indica que o sistema não pudesse sair do ar.

Essa resposta é evasiva; não responde *sim* ou *não*, e sua interpretação ficará a cargo do juiz. Será uma conclusão *dele*. Pode interpretar que o sistema não estava dimensionado, pois não foram encontrados pelo perito indícios de que o sistema possui dimensionamento adequado, como também pode interpretar que estava adequadamente dimensionado, porque o perito deixou subentendido que apesar do dimensionamento correto, outro fator pode ter influenciado no seu funcionamento eficaz. Mas o perito em nenhum momento disse qualquer dessas coisas.

4.1. Cuidados na elaboração do laudo

4.1.2. Termos ambíguos

Um detalhe a ser observado na elaboração do laudo pericial é o cuidado com os termos usados nele, que possam ter dupla interpretação, conotando algo que não tenha nada a haver com o que se quer provar. Como a linguagem do jurista é rica em interpretações, esse ponto deve ser bem observado.

4.1.3. Ambiguidades linguísticas

As ambigüidades linguísticas classificam-se em:

Lexical: uma palavra pode ter significados diferentes para o enunciador e o enunciatário (por exemplo, a palavra “log” em informática refere-se a registro de atividades no sistema, e para quem trabalha com logística, pode referir-se a abreviação de logística).

Sintática: uma mesma sequência de morfemas pode recobrir várias estruturas profundas diferentes. Exemplo:

Quesito: Qual a metragem, localização dos terrenos e o tipo de solo deles?

Resposta: “Os terrenos, com área total de 1000 m², sendo 20 m de frente por 50m de fundos, localizados na Av. Amador Bueno da Veiga, possuem solo arenoso”.

Qual a localização exata dos terrenos? Na Av. Amador Bueno da Veiga? Ou os fundos estão localizados na Av. Amador Bueno da Veiga?

Esses detalhes devem merecer constante atenção do perito ao redigir o laudo, pois podem invalidá-lo ou diminuir a sua credibilidade.

4.1.4. Coerência textual

A coesão textual e a clareza na expressão de idéias e conceitos é primordial em um laudo pericial.

Um exemplo de laudo com coesão textual esmerada está descrito a seguir (MEDEIROS JR; FIKER, 1999, p.85):

“Falta razão ao brilhante Engº Alberto ao insistir na utilização do fator de gleba para avaliar o 'miolo' do terreno desapropriado, não só por serem infundadas e distorcidas as alegações que usa para tal, como, até mesmo, 'data venia', absolutamente incoerente seu posicionamento no caso.

Sua assertativa de que, na hipótese, em virtude de tratar-se de zona de população com pequeno poder aquisitivo, o valor do metro quadrado de lote não se coadunaria com as despesas de urbanização por mim considerados é descabida, pois delas só foram computadas as mínimas, relativas a movimento da terra (obrigatório) e iluminação pública, guias e sarjetas, estes últimos os únicos melhoramentos existentes nas ruas para os quais a gleba entesta e cujo índice fiscal foi deduzido, pelo próprio vistor, o preço unitário usado na avaliação. Ora, se S. Sª admite o preço unitário, por ele mesmo apurado, é justo e viável para os lotes de frente para as vias públicas para as quais glebas faz frente, não há como poder afirmar que o indigitado preço, no qual obviamente estão compreendidos os custos desses dois únicos melhoramentos, não se coaduna com o poder aquisitivo da população da zona.

À alegação do vistor de que, se levados em conta os custos de todos os serviços de urbanização do estudo do Engº F. G. Martins, o resultado da avaliação seria negativo, falta qualquer sentido e, 'venia concessa', não faz jus à proverbial e reconhecida inteligência de S.Sª pois, como foi dito e repetido, não foi cogitado nem por sombra computado nos cálculos, face à circunstância de que, no preço unitário de lotes usados na avaliação, referentes às ruas para as quais entesta a gleba, só existem rede de água, guias e sarjetas.

A afirmativa do honrado perito do juízo, de que para aplicar a fórmula avaliatória usada teríamos, a nosso talante, sido obrigados a escolher alguns serviços de urbanização, a fim de não obter resultado negativo, é, no mínimo, inconsiderada, pois, como pode ser visto da manifestação divergente e aqui dito repetidamente, a escolha dos melhoramentos a serem considerados como despesas de urbanização foi feita, fundamentalmente, tendo por base os dois (únicos) existentes nas ruas para as quais a gleba faz frente, não havendo, por isso, escolha aleatória como alega e afirma S. Sª.

Em razão do exposto, (...) entendemos que, na fixação de indenização do caso em pauta, seja adotado o valor de Cr\$ 307.093.263,00.

Colocando-me à disposição para outros eventuais esclarecimentos, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Eng. Joaquim da Rocha Medeiros Jr

No exemplo demonstrado, o assistente técnico procurou provar a incoerência do perito judicial expressada em seu laudo. O juiz aceitou na totalidade o laudo do assistente técnico da parte autora da ação, expressando da seguinte forma em sua sentença (MEDEIROS JR; FIKER, 1999):

“Ora, bem examinados os entendimentos e as discrepâncias que rodeiam a prova pericial, acato a dilucidação trabalhada pelo assistente técnico da expropriante a fls. 337 / 342 que, no útil, assim pode ser sumariada:

a) é impertinente a assertiva de inadequação do pequeno poder aquisitivo de pessoas que residem na região em foco, relativamente ao valor de metro quadrado do lote em confronto com as despesas de urbanização, computadas em seu mínimo e correspondentes ao obrigatório movimento de terra, iluminação pública, guias e sarjetas, visto como o próprio vistor oficial, tendo admitido como justo e viável o valor unitário por ele apurado, torna descabida a conclusão a que chegou, de que o apontado preço se distancia do poder aquisitivo da zona em referência;

b) pelo mesmo feitio, é critério destituído de significado aquele segundo o qual os custos de todos os serviços de urbanização objeto do estudo do Engº Fernando Guilherme Martins levariam a resultado negativo de avaliação, na conjectura de que esses serviços teriam valor superior ao dos lotes, porque nem por sobra se cogitou de computá-los nos cálculos do preço unitário;

c) finalmente, não pode ser considerada a afirmativa de que a aplicação da fórmula avaliatória usada levou à eleição de alguns serviços ao alvedrio do subscritor do laudo crítico, até porque a escolha dos melhoramentos a serem considerados como despesas de urbanização fundamentou-se nas duas únicas melhorias existentes nas ruas de testada de gleba, não se revestindo portanto (SIC) de caráter aleatório (...)

Destarte, com as homenagens ao compenetrado e probo esforço do digno perito judicial, perfilho-me pelo laudo crítico de fls. 182/203 e pelos esclarecimentos de fls. 337 / 342, ambos da lavra do insigne

assistente técnico da autora que adoto na íntegra, para o efeito de reformar a r. sentença quanto à indenização devida.”

Como demonstrado, um laudo bem estruturado e com argumentos convincentes pode influir positivamente na decisão de um juiz, e nesse caso, um parecer técnico divergente do perito oficial, contrariando às expectativas, foi aceito *in totum* pelo magistrado, que normalmente tende a preferir o laudo oficial.

4.2. O parecer técnico do assistente

Os assistentes técnicos auxiliam as partes nas questões periciais, e procuram atender as expectativas de seu cliente com relação ao laudo pericial, ou seja, uma conclusão do laudo favorável à parte que ele assiste, dentro da perspectiva da veridicidade.

Convém destacar que veridicidade não é a mesma coisa que verdade. A verdade, no mundo jurídico, depende do ponto de vista de cada observador, enquanto veridicidade se refere à exatidão dos fatos. Quando um perito ou assistente afirma que dois mais dois são cinco, ele não está sendo verídico, portanto, está violando o princípio da veridicidade. Como já comentado, ele trabalha no lado “*Segredo*” do quadro semiótico (“*não parece, mas é*”), ou no lado da “*Falsidade*”, tentando convencer o juiz de que as afirmações do perito “*não parecem*” e “*não são*” a verdade, ou em ambos.

O discurso do assistente técnico denomina-se *parecer*, o qual expressa suas conclusões sobre o laudo pericial.

O papel do assistente técnico não é, como pode parecer em primeiro momento, elaborar um laudo divergente ou uma crítica ao laudo oficial, mas sim de evidenciar junto ao perito oficial os aspectos de interesse ao esclarecimento da matéria fática sob uma ótica diferente, mais especificamente sob a ótica da parte que o contratou.

Dessa forma, cria-se a oportunidade de instauração do contraditório na matéria técnica.

4.3. Formulação e resposta dos quesitos

Os quesitos são os pontos que devem ser esclarecidos na lide, e são respondidos pelo perito. Eles são formulados pelos advogados das partes, e quando necessário, pelo juiz. Os assistentes técnicos normalmente auxiliam os advogados na sua elaboração, por envolver questões de ordem técnica, pois, embora os advogados dominem a lógica da exposição dos quesitos, não conhecem a terminologia e outros detalhes técnicos pertinentes ao assunto em pauta.

O perito deve compreender plenamente o que se quer esclarecer através dos quesitos, para que seu laudo seja completo em sua extensão, ou seja, tenha abrangência completa da matéria. Isso inclui saber também o que compete a ele responder ou não e o que tem condições técnicas de informar.

No caso do assistente técnico, a habilidade na formulação dos quesitos é mais exigida, pois deve conduzir, junto com os advogados, o percurso narrativo de forma que o perito responda de forma a favorecer seu cliente. Esse percurso narrativo começa por perguntas gerais, indo para questões mais específicas, até que se responda a questão chave, onde o perito não pode contradizer as respostas dos quesitos anteriores.

Na formulação de quesitos, deve-se ter o cuidado para não induzir respostas que se voltem contra os interesses da parte que o elaborou. Um exemplo dessa situação pode ser descrito pela seguinte situação:

Um advogado precisa defender uma empresa que está sendo questionada quanto a uma instalação de rede de computadores mal feita. Em um dos quesitos ele pergunta:

Quesito: Foi o serviço executado de acordo com as normas técnicas pertinentes?

Ao qual o perito responde categoricamente:

Resposta: Não.

A causa foi perdida exatamente nesse ponto. Não há como argumentar mais nada em favor do seu cliente, pois a perícia afirmou categoricamente, induzida pelo próprio advogado do réu, que o serviço foi feito em desacordo com as normas técnicas pertinentes, portanto mal feito.

Um fator importante na formulação de quesitos é a debreagem. GREIMAS e COURTÉS (1979, p.75) definem debreagem como:

“Pode-se tentar definir debreagem como a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso. Se se concebe por exemplo a instância da enunciação como um sincretismo de “eu-aqui-agora”, a debreagem, enquanto um dos aspectos constitutivos do ato de linguagem original, inaugura o enunciado, articulando ao mesmo tempo, por contrapartida, mas de maneira implícita, a própria instância da enunciação. O ato de linguagem aparece assim, por um lado, como uma fenda criadora do sujeito, do lugar e do tempo da enunciação, e por outro, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado. De um outro ponto de vista, que faria prevalecer a natureza sistemática e social da linguagem, dir-se-á igualmente que a enunciação, enquanto mecanismo de mediação entre a língua e o discurso, explora as categorias paradigmáticas da pessoa, do espaço e do tempo, com vista à constituição do discurso explícito. A debreagem actancial consistirá, então, num primeiro momento, em disjuncir do sujeito da enunciação e em projetar no enunciado um não-eu; a debreagem temporal, em postular um não-agora distinto do tempo da enunciação; a debreagem espacial, em opor ao lugar da enunciação um não-aqui.”

A debreagem temporal ocorre quando o autor dos quesitos remete o perito para o passado ou para o futuro, e normalmente acaba propondo uma tarefa impossível de ser realizada. Por exemplo, usando o mesmo exemplo da empresa acusada de instalação de rede mal feita, é formulado ao perito o seguinte quesito, no intuito de provar que houve melhora nas instalações:

Quesito: Qual o estado da rede antes dos serviços de instalação objeto do litígio?

O perito pode responder simplesmente que não tem como verificar, pois sua vistoria se dá no presente, e não no passado, pois não tem como retroceder no tempo.

A debreagem espacial ocorre quando o autor dos quesitos coloca o perito em um local incompatível com a situação. Ainda no caso da empresa com a rede mal feita, o seguinte quesito é arguido ao perito, com o intuito de provar que não haveria condições de passar os cabos de rede por um lugar sugerido pelo autor da ação:

Quesito: Qual as condições para a execução da passagem dos cabos na área inacessível ?

Inacessível a que? Aos cabos ou às pessoas? Se for às pessoas, como o perito poderia vistoriá-la?

A debreagem actancial, ou pessoal, o perito é colocado em uma posição na qual não compete a ele se colocar ou não poderia estar, em virtude de sua função. Ainda no exemplo da rede mal feita, o autor da ação, no intuito de justificar sua conclusão a respeito da qualidade do serviço prestado pelo réu, e obter a opinião favorável do perito, pergunta:

Quesito: Colocando-se o perito na posição dos autores, o que pode concluir?

O perito é o perito, e não o autor da ação. Sua opinião deve ser neutra, e expressar a veridicidade dos fatos, portanto, não deve se colocar no lugar nem do réu e nem do autor da ação.

Outro fator importante é a colocação correta das palavras e pleno entendimento de seu significado, tanto etimologicamente quanto o que ela significa no contexto. Ainda no exemplo da rede defeituosa, o seguinte quesito é apresentado, questionando a real necessidade do serviço:

Quesito: O serviço de instalação era necessário ou voluptuoso?

Aqui o autor do quesito cometeu um erro grave de português; ele queria dizer na verdade “voluptuário”, originário do termo latino *voluptuariu*, ou seja, desnecessário,

relativo a divertimentos ou despesas supérfluas (MICHAELIS, 2009); “voluptuoso”, do termo latino *voluptuosu*, refere-se a sensualidade, volúpia, libertinagem (MICHAELIS, 2009). Além de desqualificar o quesito, esse erro na formulação do quesito poria a perder todo o crédito do trabalho do assistente técnico ou advogado que o formulou, pois como considerar sério um trabalho de um profissional que não sabe expressar corretamente o que quer?

Quando responder aos quesitos, o perito deve ser objetivo, sempre fundamentando suas respostas, que devem ter a extensão adequada ao quesito. Quesitos impertinentes à lide não precisam ser respondidos.

Seguindo os princípios abordados, o laudo contribuirá positivamente na elucidação do caso. Mas quanto essa contribuição é influente? A seguir será mostrado em números o poder de influência do laudo na decisão judicial.

5. O laudo pericial tecnológico e sua influência no processo judicial

A pesquisa sobre opinião dos juízes da Comarca de São Paulo, coletada em base amostral abrangendo vinte e cinco varas cíveis, sobre as informações recebidas no laudo, visando o esclarecimento de questões fora de sua área de conhecimento, consistiu no envio de um questionário, que pode ser encontrado no Apêndice dessa dissertação, subdividido nas seguintes áreas:

Sobre o juiz: esse grupo de questões avalia o perfil dos juízes participantes na pesquisa.

Sobre as partes e as causas: esse grupo de questões analisa o perfil das partes, analisando a maturidade dos advogados que defendem causas envolvendo laudos periciais, se recebem assessoria técnica prévia, e das causas, verificando se elas são instruídas com pareceres, quais áreas necessitam mais de perícia técnica, tanto no âmbito geral como nos ramos de engenharia.

Sobre os laudos: esse grupo de questões avalia os laudos na opinião dos magistrados com relação à sua estética, compreensibilidade, convencibilidade e credibilidade, bem como o cumprimento do prazo original para sua entrega, e a nota dada pelos magistrados a eles.

Adotou-se a amostragem por conglomerados, pois ela se enquadra devidamente nos objetivos a serem alcançados. Considerou-se cada vara como um conglomerado, pois possui mais de um juiz cada uma, e ambos ou um deles poderia responder o questionário.

Foram escolhidas quarenta varas cíveis dentro da Comarca de São Paulo, para as quais foram enviados um questionário que poderia ser respondido por qualquer magistrado dessas varas, e vinte e cinco delas retornaram as respostas solicitadas.

É importante destacar que a pesquisa se baseou na impressão dos magistrados sobre os laudos, ou seja, qual a opinião dos juízes sobre eles, pois o âmago da pesquisa é

justamente avaliar elementos subjetivos envolvidos no processo de avaliação do laudo, e isso não pode ser medido simplesmente com escalas e metodologias, devido ao fato de que, mesmo que o magistrado adote um modelo de decisão racional, de forma lógica, sistemática (ALLEN, 2000), o valor de cada um dos pontos envolvidos é subjetivo para cada indivíduo (FISKE; PAVELCHAK, 1986).

O item a seguir mostra as respostas ao questionário, através de gráficos comparativos.

5.1. Gráficos comparativos das respostas ao questionário

Gráfico 1 – Formação acadêmica dos magistrados

Gráfico 2 – Tempo de exercício da magistratura

Gráfico 3 - Advogados jovens que defendem causas que requerem perícia

Gráfico 4 – Advogados maduros que defendem causas que requerem perícia

Gráfico 5 – Advogados experientes que defendem causas que requerem perícia

Gráfico 6 - Obtenção de assistência técnica prévia em petições iniciais

Gráfico 7 - Petições iniciais que são instruídas com pareceres técnicos

Gráfico 8 - Perícias ocorrentes na área de engenharia

Gráfico 9 - Perícias ocorrentes na área de medicina

Gráfico 10 - Perícias ocorrentes na área de contabilidade

Gráfico 11 - Perícias ocorrentes na área de informática

Gráfico 12 - Perícias ocorrentes na área de química

Gráfico 13 - Perícias ocorrentes em outras áreas não alistadas

Gráfico 14 - Perícias ocorrentes na área de engenharia elétrica/eletrônica

Gráfico 15 - Perícias ocorrentes na área de engenharia civil

Gráfico 16 - Perícias ocorrentes na área de engenharia naval

Gráfico 17 - Perícias ocorrentes na área de engenharia mecânica

Gráfico 18 - Perícias ocorrentes na área de engenharia da computação

Gráfico 19 - Perícias ocorrentes na área de engenharia química

Gráfico 20 - Perícias ocorrentes em outras áreas de engenharia

Gráfico 21 – Boa estética nos laudos

Gráfico 22 – Laudos com linguagem excessivamente técnica

Gráfico 23 – Laudos prolixos

Gráfico 24 – Laudos lacônicos

Gráfico 25 – Laudos com texto escoreito (correto e esmerado)

Gráfico 26 – Laudos com boa concatenação de raciocínio e argumentação

Gráfico 27 – Laudos que contribuem efetivamente para a elucidação da lide

Gráfico 28 – Laudos com justificação e argumentação nas respostas aos quesitos

Gráfico 29 – Laudos com referência bibliográfica

Gráfico 30 – Laudos com palavras com sentido dúbio ou vago

Gráfico 31 – Laudos entregues em prazo tempestivo

Gráfico 32 – Nota dos juízes para os laudos

5.2. Impacto do laudo pericial tecnológico na decisão judicial na área de engenharia

O quesito 1 procurou avaliar se o magistrado possui uma outra formação de nível superior além do bacharelado em Direito. A importância desse quesito reside no fato de que uma formação acadêmica pluralista muda a visão que o magistrado tem da lide, não enxergando apenas pela lente do Direito, obtendo uma visão mais ampla. Convém lembrar que, segundo a lei, o fato dele conhecer a área em que ocorre o litígio não o exime de socorrer-se de perito sempre que o esclarecimento do fato dependa de conhecimento técnico.

Essa amostragem aponta apenas 12% dos juízes com outra formação acadêmica além do bacharelado em Direito, dentro da amostra obtida, aumentando a dependência de laudo técnico para esclarecimento de questões além de seu conhecimento e domínio.

O quesito 2 procurou avaliar a maturidade dos juízes envolvidos em questões com necessidade de laudo pericial. Pode-se classificar a experiência dos juízes, em relação ao tempo de exercício da função, como “madura”, pois se encontra na média da escala proposta no questionário.

Com relação à maturidade dos advogados, analisada no quesito 3, nota-se uma leve predominância de advogados experientes e maduros nas ações envolvendo perícia técnica, provavelmente devido à complexidade que algumas apresentam, mesmo com o fato de que 10 magistrados, um número próximo da metade da amostra, relatam que entre 26% a 50% das causas envolvendo laudos periciais são defendidas por advogados jovens.

Esses dados podem apresentar resultados aparentemente desconexos porque envolvem duas partes que podem ter tanto advogados jovens, como maduros ou experientes, diversificando as possibilidades de obtenção desses dados, pois uma causa pode ter um advogado experiente de um lado, e de outro um jovem, como um experiente e outro maduro, ou os dois jovens, e assim por diante. É preciso também lembrar que nas causas em geral, especialmente as complexas, as partes são defendidas por múltiplos

advogados. Ou seja, uma causa pode contribuir para alimentar os dados de duas situações propostas.

O quesito 4 procurou evidenciar se as partes, na visão do magistrado, teve assessoria técnica nas petições iniciais, ou seja, procurou orientação perita desde o início da lide. As respostas a esse quesito apontam uma tendência de não solicitar apoio técnico ao iniciar os procedimentos de defesa dos direitos da parte envolvida, pois se essa parte tiver orientação perita desde o início, as chances de fazer valer seu direito na lide é maior.

O quesito 5 procurou avaliar se, na visão do magistrado, as petições iniciais envolvendo perícia técnica vêm instruídas com pareceres técnicos. As respostas a esse quesito apontam uma tendência de não solicitar apoio técnico em um momento estratégico como esse, levando as partes a uma possível perda de oportunidade de não serem prejudicadas com visões unilaterais ou que não sejam suficientemente abrangentes para dar ao juiz subsídios para o esclarecimento total do caso, com uma vantagem temporal.

No quesito 6, procurou-se avaliar qual área do conhecimento humano solicita mais pedidos de laudos periciais. Observa-se uma predominância da área de engenharia em causas com necessidade de laudo técnico, na visão de 20 magistrados, equivalente a 80% da amostra.

O quesito 7 aprofunda a mensuração dentro da área de engenharia, avaliando a especialidade de engenharia mais demandante de laudos periciais. Entre elas, a engenharia civil é apontada como a área em que se requerem mais laudos periciais, onde aproximadamente 80% da amostra afirma sua necessidade entre 50% a 75% dos casos. Isso se dá devido ao grande alcance e presença dessa especialidade na sociedade, pois todos usufruem do resultado da ação da engenharia civil: a construção e manutenção de edificações, e a infra-estrutura necessária para mantê-las, o que envolve estruturas, hidráulica e saneamento, geotecnia e mecânica dos solos e materiais de construção. Alguns procedimentos judiciais muito frequentes necessitam de perícias de engenharia civil, sendo exemplo típico as avaliações de imóveis.

Portanto, o campo de atuação é bem amplo, e pela complexidade e interligação desses fatores, uma causa envolvendo engenharia civil tem grandes chances de precisar de perícia técnica.

Com relação à engenharia elétrica, há predominância de causas envolvendo furto e fraudes de energia elétrica. Segundo dados da ANEEL, o furto e as fraudes respondem por perdas de 23 TWh (Terawatts/hora) por ano, energia equivalente ao fornecimento anual para 19 milhões de residências com consumo médio de 100 KWh/mês. Se somados a outras perdas, como erros de medição e outros fatores técnicos, a perda pode chegar a 52 TWh.

Traduzido em valores, os custos anuais de perdas não técnicas para a sociedade brasileira é calculado em torno de 5,5 bilhões de reais, sem contar os impostos arrecadados, que se levados em conta, aumentam o valor para 7,3 bilhões de reais (VIDINICH; NERY, 2009).

Na engenharia naval, as perícias ocorrem principalmente em causas envolvendo acidentes. Em aproximadamente um quarto dos casos relatados, acidentes de barco ocorreram devido à prática perigosa de operadores e passageiros. Mas, frequentemente, falha do motor é a causa predominante de muitas colisões evitáveis na água, seguida de perto pela falha mecânica do sistema de navegação (ARTIGOSINFORMATIVOS, 2010).

A engenharia química, embora apresente um baixo índice de perícias nessa pesquisa, contribui muito para outras áreas, principalmente em criminalística. Por cromatografia gasosa podem ser analisadas as drogas dos grupos anfetaminas, metanfetaminas, xantina, anestésico e alcalóide, determinação de cocaína em urina, álcool no sangue e álcool e ésteres em bebidas alcoólicas, determinando ou não o grau de adulteração, se comprovada.

Por espectrometria de massa determinam-se arsênio na urina, sangue e estômago, adulteração em fármacos e bebidas, autenticidade de perfumes e obras de arte, resíduos de disparo de armas, rastreamento e identificação de drogas ilícitas, como heroína, cocaína, maconha e ecstasy, e a origem de bactérias e esporos em crimes biológicos.

O uso dessas técnicas, aplicadas à área de criminalística, gerou melhoria na qualidade das elucidações de crimes, produzindo evidências sólidas para que as autoridades possam formar suas livres convicções a respeito da materialidade das provas apresentadas, facilitando o julgamento e a elaboração da sentença judicial.

As perícias em engenharia mecânica se concentram na área automobilística e industrial, e devido ao fato dessa engenharia estar quantitativamente e estrategicamente presente na sociedade, pois uma boa parte da população possui automóvel e toda indústria possui maquinário, segue a tendência da engenharia civil, com uma presença marcante nesta pesquisa.

O quesito 8 avaliou a estética dos laudos, se eles causam boa impressão à primeira vista. Considerou-se a formatação do texto, condições da mídia e impacto visual do documento. O índice de respostas positivas ficou abaixo ou igual a 50% na opinião de todos os magistrados, e esta situação prejudica a credibilidade do laudo, pois se ele não causa uma boa impressão em seu primeiro contato, será mais difícil o magistrado olhá-lo com uma visão favorável, pois a idéia que o laudo transmite, com um aparência fora dos padrões estéticos considerados aceitáveis para um trabalho profissional, é que ele não merece confiança, induzindo o magistrado a analisá-lo tendenciosamente. A qualidade do laudo, portanto, quanto a esse quesito, deixa a desejar na visão de pelo menos, metade dos magistrados.

O quesito 9 analisou a compreensibilidade do laudo pericial por uma pessoa leiga no ramo de atuação do perito, pois o laudo tem como destinatário principal o juiz, cuja situação de leigo no assunto abordado no laudo é comum e legalmente presumida, fazendo-se mister, portanto, que ele tenha uma compreensão do que está escrito nele, ou seja, a linguagem usada não deve conter jargões específicos da área do profissional que o elaborou, sendo excessivamente técnica. Os resultados apontaram a dificuldade de compreensão dos laudos em pelo menos 26% dos casos na visão de quatro magistrados, alcançando um índice entre 76% e 100% na opinião de seis magistrados, e mantendo uma média entre 51% e 75% dos casos de acordo com quinze magistrados. Esse é um dos quesitos essenciais que devem ser atendidos para que o laudo exerça sua função: esclarecer as questões polêmicas da lide. Se ele não faz isso de maneira clara, sua avaliação fica

prejudicada perante seu principal destinatário, o juiz. A qualidade do laudo, portanto, quanto a esse quesito, deixa muito a desejar na visão dos magistrados.

O quesito 10 avaliou a objetividade dos laudos. Os resultados apontaram laudos prolixos, ou seja, longos e até enfadonhos, em pelo menos 26% dos casos na visão de nove magistrados, alcançando um índice entre 76% e 100% na opinião de seis magistrados. Laudos longos e que não vão direto ao ponto desejado, causam desinteresse em sua leitura, dificultando seu bom entendimento, logo, prejudicando a visão que o juiz deveria ter da causa em questão e também seu veredito, induzindo-o ao erro, caso decida de maneira equivocada. Portanto, a qualidade dos laudos periciais, com relação à sua objetividade, deixa a desejar na visão dos magistrados.

O quesito 11, que procura saber a opinião dos juízes sobre se os laudos são lacônicos, ou seja, demasiadamente concisos e diretos, aponta ocorrência dessa situação com grande concentração de respostas afirmativas entre as faixas de até 10% entre 11% e 25% dos casos, apontando a existência de maior número de laudos prolixos em relação aos lacônicos, de acordo com os magistrados.

O quesito 12 analisa os laudos e seu texto em relação à sua correção, ou seja, se ele é apurado e sem defeito. Acompanhando as tendências apontadas nos quesitos 8 ao 11, apresentam qualidade aprovada nas faixas de até 10% e 11% e 25% dos casos, portanto, estando abaixo do nível esperado.

Acompanhando também a mesma tendência, o quesito 13, que analisa a concatenação de idéias e argumentação nos laudos, apresenta aprovação de sete magistrados entre 26% e 50% dos casos, 11% até 25% dos casos para onze magistrados e até 10% dos casos para sete magistrados. Portanto, o nível de qualidade dos laudos permanece abaixo do esperado quanto a esse quesito, segundo os magistrados.

O quesito 14 analisou a resolubilidade dos laudos, ou seja, se eles contribuem efetivamente para o esclarecimento de pontos polêmicos e obscuros da lide. Este quesito está ligado com os anteriores, pois se espera alto índice de resolubilidade se os quesitos 8 ao 12 apresentarem bons índices. Porém, ocorreu um resultado ligeiramente divergente. Segundo 38,46% da amostra apontou um índice entre 51% e 75% dos casos de aprovação,

e igual índice entre 26% e 50% dos casos. Apesar da reprovação dos magistrados quanto à qualidade dos laudos referentes aos quesitos abordados nas questões 8 a 12, os magistrados afirmam que, apesar disso, os laudos contribuem efetivamente para o esclarecimento dos pontos desejados em uma porcentagem um tanto maior do que a esperada.

A argumentação nas respostas aos quesitos do laudo, analisadas na questão 15, aparece bem menos do que deveria. A argumentação dá consistência e mais credibilidade ao laudo, pois o perito deve provar o que está querendo dizer, não se limitando a dizer somente “sim” ou “não” como resposta, mas explicando o porquê de cada uma das respostas.

Um dos pontos que dá mais embasamento à argumentação, a bibliografia, foi avaliado no quesito 16. Este quesito teve um índice de qualidade muito baixo, pois as respostas ficaram entre “nem sempre”, “quase nunca” e “nunca”. Como se sabe, todo trabalho científico deve conter bibliografia, e o laudo, por ser um trabalho dessa categoria, deve seguir essa regra.

Com relação à existência de palavras de significado dúbio ou vago, analisados no quesito 17, as respostas ficaram entre “sempre”, “quase sempre” (a grande maioria, dezessete magistrados optando por essa situação) e “nem sempre”. Também, a qualidade apresentada nesse quesito ficou com baixo nível, pois um documento que se presta a esclarecer um fato ou situação, não pode confundir seu destinatário, responsável pela sua interpretação.

Por outro lado, o prazo original para a entrega dos laudos, avaliado no quesito 18, é cumprido pelos peritos com uma excelente avaliação, tendo como resposta positiva dentro do índice de 76% a 100% dos casos, segundo vinte magistrados.

Refletindo os resultados de todos os quesitos, a média geral de nota dada pelos magistrados aos laudos, em uma escala de 0 a 10, ficou entre 5,1 e 7, segundo 16 magistrados, 62,5% da amostra. Essa nota classifica os laudos como tendo qualidade média, muito aquém do esperado para um trabalho de um profissional que pela sua qualificação, teoricamente é referência na área em que atua.

De modo geral, o impacto exercido pelos laudos periciais tecnológicos na decisão dos magistrados pode ser classificado como expressivo, baseando-se principalmente nas respostas ao quesito 14, apesar de suas deficiências, detectadas com as respostas dos magistrados a quesitos que abrangiam objetividade, clareza, resolubilidade e estética, e das notas dadas ao laudo pericial, como já comentado, muito abaixo do esperado.

6. Considerações finais

Esse estudo demonstrou a importância do laudo nas decisões judiciais nas quais ele é requerido. Embora o juiz, baseado no livre convencimento motivado, tenha liberdade para a apreciação das provas apresentadas em juízo, podendo-as dispensar se ele já se convenceu da verdade sobre o caso, há um ponto a ser considerado: a tecnologia está cada vez mais presente em questões judiciais, fazendo com que o julgamento do magistrado seja mais do que simplesmente um veredito sobre questões de direito; processos envolvendo tecnologia, por exemplo, possuem detalhes que podem fazer com que a sentença mude radicalmente, dando ganho de causa para esta ou aquela parte.

Verificou-se na pesquisa, diante do quadro que se apresentou, que os juízes esperam muito mais dos peritos e conseqüentemente de seus laudos. Há a necessidade dos peritos se aprimorarem em pontos como clareza, concisão, correção e exatidão de linguagem, principalmente para uma pessoa leiga na área de atuação do perito, melhoria na apresentação dos laudos elaborados por eles, justificção de suas conclusões, principalmente baseando-se em bibliografia consultada, como requer todo trabalho científico.

Como era de se esperar, a grande maioria dos juízes possui apenas formação acadêmica em Direito, sendo rara a formação acadêmica concomitante em outra área do conhecimento humano. Logo, ele e o perito precisam ter uma comunicação eficiente e uma relação de confiança bem sólida, alcançáveis com o reconhecimento do magistrado da excelente qualidade do trabalho do perito, que tem o papel de colaborar com o operador de Direito na elucidação dos casos em que há a necessidade de opinião técnica, pois o juiz não está habilitado para tal avaliação, por si só.

Mais do que nunca, o juiz nessa situação precisa do auxílio dos peritos para elucidar detalhes desconhecidos para ele. Essa dependência pode ser encarada como um cerceamento da livre apreciação das provas e do livre convencimento do juiz, por ele cada vez mais depender de resultados técnicos fora de sua área de atuação para formular seu julgamento, dando indiretamente o poder do veredito para o perito.

Convém lembrar que a lei garante a não vinculação do veredito ao laudo, segundo o disposto no Art. 436 do Código de Processo Civil, que diz:

Art. 436. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

Conforme especificado na legislação, o juiz pode discordar do laudo pericial, desde que ele não esteja devidamente fundamentado e quando outros meios de prova utilizados no processo indicarem conclusões diversas das apontadas pelo perito.

Portanto, o laudo possui caráter exclusivamente opinativo, do contrário, tal documento teria valor de sentença e o perito se encontraria em posição hierarquicamente superior à do juiz.

O que se vê, tanto na prática como na teoria, não é um perito ditando ao juiz, em um laudo, qual será seu veredito, e sim a opinião de um especialista que procura mostrar ao juiz pontos que ele deve considerar ao pronunciar sua sentença, que ele não teria condições de avaliar por não ter conhecimento técnico sobre o assunto, mas que agora pode apreciá-los para que julgue o direito envolvido.

Esse estudo mostrou que os peritos necessitam de mais preparo, pois embora a maioria domine a área de conhecimento em que atua, não possui uma comunicação eficaz com o magistrado, e essa falha acaba por comprometer a qualidade do laudo pericial como produto que visa um fim.

Esta afirmativa é confirmada pelos juízes consultados no presente trabalho, que também concordam que a comunicação oficial entre eles e os peritos, feitas através dos laudos, fica difícil em uma parte significativa dos casos.

Um fator preocupante é que, apesar da pesquisa apontar para resultados aquém do esperado com relação à qualidade dos laudos, os magistrados afirmam que ele contribui para a formulação da sentença. Essa condição torna questionável a contribuição fornecida pelo laudo, pois se são de qualidade duvidosa, segundo os juízes, dificilmente poderão contribuir

positivamente para uma sentença justa, proferida por esses mesmos juízes que se valem de tais laudos para formarem sua opinião.

Os aspectos envolvidos na elaboração do laudo pericial ultrapassam os limites do conhecimento técnico, pois como há interação entre duas áreas diferentes, com modos de pensar e de ver o mundo heterogêneos entre si, há que se entender como os profissionais dessas áreas pensam e agem, para que a comunicação entre eles seja feita de modo eficaz. Apesar de verem o mundo através de lentes diferentes, na verdade o mundo jurídico e o tecnológico se complementam.

Apesar de tender a pensar dedutivamente, o profissional tecnológico, no papel de assistente técnico, usa a dialética para defender os interesses de seu cliente, procurando pontos a seu favor no laudo pericial, e argumentando contrariamente em relação aos que desfavorecem a parte que ele assiste.

O uso de instrumentos da dialética, como a argumentação, ocorre também na atuação do profissional tecnológico como perito oficial, pois o perito precisa pensar dialeticamente ao fazer o laudo, porque embora conclua algo sobre um fato de maneira consequente, ou dedutiva, precisa ser convincente em suas afirmações, usando técnicas que foram abordadas nesse trabalho para que o laudo tenha participação efetiva na sentença.

O juiz por sua vez, ao elaborar a sentença, precisa chegar a uma conclusão, e quando o mundo jurídico (dialético) não consegue lhe fornecer respostas, recorre ao mundo tecnológico (dedutivo) para que ele lhe dê base para a tomada de sua decisão. Embora sua decisão seja baseada na preferência, desde que fundamentada, apóia-se na dedução para saber qual a melhor escolha, e ela é grandemente influenciada pelo laudo, quando ele é bem elaborado, conforme mostra os trabalhos analisados.

7. Conclusão

Este trabalho mostrou, em base amostral, a situação atual da qualidade dos laudos periciais elaborados na Comarca de São Paulo, apontando os pontos em que eles devem melhorar, na opinião daqueles que são os principais interessados na sua melhoria e eficácia, os juízes.

Visto que os laudos precisam de melhorias em vários pontos, já listados em outras partes dessa dissertação, uma razão para a ocorrência desse fato explica-se no fato das universidades darem pouco preparo à atuação dos profissionais que formam na atuação deles como perito.

A instituição de ensino superior deve capacitar o engenheiro não apenas a calcular e projetar, mas a colaborar na promoção da justiça, atuando como auxiliar do Direito, principalmente na realização dos diferentes tipos de perícias. Deve transmitir o embasamento teórico e prático que o engenheiro deve ter para auxiliar em matérias jurídicas (demonstrado precário, segundo o resultado dessa pesquisa), principalmente quando de sua designação para atuar em processos judiciais ou administrativos.

Deve possibilitar a compreensão das relações do direito com a engenharia, o entendimento dos documentos e solicitações forenses, e a capacitação para realizar trabalhos de natureza pericial, bem como a compreensão do fenômeno jurídico em geral, o conhecimento dos deveres e direitos do cidadão e do profissional, e a preparação para o exercício da engenharia em conformidade aos cânones morais e legais. Além disso, a nomeação para a realização de perícias criminais é de aceitação obrigatória (art. 277 do Código de Processo Penal), o que torna o preparo do profissional nesse tipo de trabalho uma capacitação técnica que todo engenheiro deve ter (SANCHEZ, 2010).

Como prosseguimento desse trabalho, pesquisas em outras Comarcas, localizadas no interior do Estado de São Paulo, principalmente em pólos tecnológicos de informática, como os municípios de Barueri e Alphaville, e da região de Campinas, são passíveis de uma consideração.

O autor espera contribuir com essa dissertação para que os fatores envolvidos na elaboração de laudos periciais sejam melhores compreendidos, melhorando a qualidade deles, ajudando no proferimento de um veredito correto por parte dos juízes.

8. Bibliografia e referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10719**. Apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro: 1989, 9 p.

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 2002.

ALBERTON, Luís. **Análise da Implantação da Qualidade Total em uma Instituição Pública de Educação**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

ALLEN, M. H. **The attribute-mediation and product meaning approaches to the influences of human values on consumer choices**. In F. Columbus. *Advances in Psychology Research*, vol. 1, p. 31-76. Huntington, NY: New Science Publishers, 2000.

ALEXIOU, A.D.P. ET AL. **Química Forense Sob Olhares Eletrônicos**. Campinas: Millennium Editora, 2005.

ARTIGODINFORMATIVOS. **Acidentes de barco Eunápolis Bahia**. Disponível em: <http://www.artigosinformativos.com.br/Acidentes_de_Barco_Eunapolis_Bahia-r954253-Eunapolis_BA.html>. Acesso em 21 abr.2010.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso - Fundamentos semióticos**. 3ª ed. São Paulo: Humanitas FFLHC/USP, 2002.

BERTI, Enrico. **As razões de Aristóteles**. Trad. Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 1998. 191 p.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Aprovação da NBC TP 01 – Perícia Contábil. Resolução nº 1243/09, 10 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1243.doc>. Acesso em 29.maio.2010.

BRITO, Cristiane Pereira; JUNIOR, Idalberto José das. **A competência profissional de peritos contadores no desenvolvimento da prova pericial contábil no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 165, p. 53-64, maio 2007.

CALDEIRA, Sidenei. **A Influência do Laudo Pericial Contábil na Decisão dos Juízes em Processos nas Varas Cíveis**. Disponível em:

< <http://www.e.fernando.cse.prof.ufsc.br>>. Acesso em 25.ago.2009.

CYSNE, Erick de Sarriune. **Os valores na ciência do Direito**. Revista Pensar, Fortaleza, PE, v.8, nº 8, p.27-31, fev 2003.

DICMAXI MICHAELIS. **Dicionário Eletrônico Português**. São Paulo: Melhoramentos, 2009. 1 CD ROM.

DESCARTES, Renée. **Discurso do método**. Tradução de Enrico Corvisieri. Versão eletrônica. 1 CD ROM.

ESPÍNDULA, Alberi. **O laudo pericial**. Disponível em: <<http://www.espindula.com.br>>. Acesso em 25.ago.2009.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português**. Revisão de Ruth Junqueira de Faria. 6.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

FIGUEIREDO, Sandoval Nunes. **A perícia contábil e a competência profissional**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, DF, ano 32, n 142, p.41-47, jul /ago 2003.

FISKE, S. T., PAVELCHAK, M. A. **Category-based versus piecemeal-based affective responses: Developments in schema-triggered affect**. In SORRENTINO, R. M., HIGGINS, E.T., Handbook of motivation and cognition, p. 167-203. New York: Guilford Press, 1986.

FOULQUIE, Paul. **A Dialética** 3ª ed. Europa – América, 1978.

FRANCO, Hilário. **Temas contábeis**. São Paulo. Atlas, 1997.

GERAB, Wilma Therezinha Liberato. **O discurso como ele é...nas tragédias cariocas**. São Paulo: FFLHC, 2008.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito**, São Paulo: Malheiros, 3ª Edição. 2005.

GRAU, Eros Roberto. **Direito, Conceitos e Normas Jurídicas**, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1988.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Diana Luz Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1979.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HOSPERS, John. **An Introduction to Philosophical Analysis**. Routledge: Londres, 1997.

JUNIOR, Idalberto José das Neves; RIVAS, Ivonne Ivette Vergara. **A qualidade do laudo pericial contábil e sua influência na decisão de magistrados nas comarcas localizadas no Distrito Federal e na cidade de Fortaleza**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n. 168, p. 75-94, nov 2007.

JUNIOR, Idalberto José das; RODRIGUES, Josy Faria. **O impacto dos laudos periciais contábeis produzidos por profissional leigo para a solução das controvérsias judiciais nas diversas comarcas do Distrito Federal e da cidade de Fortaleza**. Disponível em: <www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000057.pdf>. Acesso em: 11.jul.2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25ª ed. São Paulo: Brasiliense, 88 p.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias. **Perícia contábil**. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, Thaís Alves; JUNIOR, Idalberto José das Neves. **A qualidade do laudo pericial elaborado pelo perito contador na visão de magistrados do Rio de Janeiro e Brasília**. Rio de Janeiro, 21 set 2005. Disponível em: <www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000170.pdf>. Acesso em: 09.jul.2009.

MEDEIROS JR, Joaquim da Rocha; FIKER, José. **A perícia judicial - como redigir laudos e argumentar dialeticamente**. 3ª ed. São Paulo: Pini, 1999.

NETO, Pedro L. C. **Estatística**. Ed. Blucher Ltda, 1977.

ORNELAS, Martinho Mauricio Gomes de. **Perícia contábil**. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 2003.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de; PELEIAS, Ivam Ricardo; CESTARE, Terezinha Balestrin. **O laudo pericial contábil e sua adequação às normas do Conselho Federal de Contabilidade e à doutrina - um estudo exploratório**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.1-14, jan./abril, 2007.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica - nova retórica**. 3ª ed. Tradução de Vergínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. 1ª ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PIRES, Marco Antonio do Amaral. **O papel do laudo pericial contábil na decisão judicial**. Centro de Pós Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Salvador, 2005.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia contábil**, 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANCHEZ, P.L.P. **Engenharia Legal**. Disponível em:
<<http://moodle.stoa.usp.br/course/enrol.php?id=289>>. Acesso em 19.abr.2010.

SANTANA, Creusa Maria Santos de. **A perícia contábil e sua contribuição na sentença judicial - um estudo exploratório**. São Paulo: FEA/USP, 1999.

SANTOS, Creusa Maria Alves dos; MELLO, Onice Maria de. **Breve discussão sobre a qualidade total em serviços periciais**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, DF, ano 32, n 146, p.83-97, mar / abr 2003.

THEODORO Junior, Humberto. **Curso de direito processual civil**. Rio de Janeiro: Forense, v.1, 1989.

VIDINICH, R; NERY, G.A.L. **Pesquisa e desenvolvimento contra o furto de energia elétrica**. Revista Pesquisa e Desenvolvimento, ANEEL, Brasília, DF, nº 3, p.15, jun 2009.

YAMAGUCHI, Achile. **Caminhos da perícia judicial**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, DF, ano 30 n 127, p. 47-51, jan/fev 2001.

YOSHITAKE, Mariano. Et al. **A metodologia de elaboração de um laudo pericial**. Revista Pensar Contábil, vol VIII, nº 31, fev/mar 2006.

APÊNDICE

Questionário da pesquisa “Qualidade dos Laudos Emitidos em Perícias Judiciais na Comarca de São Paulo”

Este questionário busca determinar a percepção do Juiz, principal destinatário e usuário da perícia, a respeito da qualidade dos laudos. Os valores indicados nos quesitos devem ser considerados meramente indicativos dessa percepção, e não se pretende que expressem resultados estatísticos reais e objetivos. As respostas, portanto, têm natureza claramente subjetiva e podem ser apenas estimadas.

Sobre o Juiz

Quesito 1: Vossa Excelência possui formação superior em:

- ☐ Direito
- ☐ Administração
- ☐ Computação
- ☐ Engenharia
- ☐ Medicina
- ☐ Psicologia
- ☐ Outra

Quesito 2: Vossa Excelência é magistrado há:

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☐ Entre 11 e 15 anos
- ☐ Entre 16 e 20 anos
- ☐ Entre 21 e 30 anos
- ☐ Mais de 30 anos

Sobre as Partes e as Causas

Quesito 3: Atualmente as causas que requerem perícia técnica são defendidas por advogados:

Jovens

- ☐ até 25% dos casos
- ☐ 26% a 50%
- ☐ 51% a 75%
- ☐ mais de 75%

Maduros

- ☐ até 25% dos casos
- ☐ 26% a 50%
- ☐ 51% a 75%

☐ mais de 75%

Experientes

☐ até 25% dos casos

☐ 26% a 50%

☐ 51% a 75%

☐ mais de 75%

Quesito 4: Em sua percepção, as petições iniciais das causas que requerem perícia técnica demonstram que a parte autora obteve assistência técnica prévia em

☐ Menos de 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ 51% a 75%

☐ Mais de 75%

Quesito 5: As petições iniciais das causas que requerem perícia técnica vêm instruídas com pareceres técnicos em

☐ Menos de 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ 51% a 75%

☐ Mais de 75%

Quesito 6: Considerando apenas as causas que necessitam de perícia técnica, as diversas áreas de conhecimento ocorrem aproximadamente em (nota: algumas causas podem requerer mais de uma área, portanto a soma pode ser diferente de 100%)

Engenharia

☐ até 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ 51 a 75%

☐ mais de 75%

Medicina

☐ até 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ 51 a 75%

☐ mais de 75%

Contabilidade

☐ até 10% dos casos

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51 a 75%**

☐ **mais de 75%**

Informática

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51 a 75%**

☐ **mais de 75%**

Química

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51 a 75%**

☐ **mais de 75%**

Outra

☐ até 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ 51 a 75%

☐ mais de 75%

Quesito 7: Considerando apenas as causas que necessitam de perícia de Engenharia, as diversas especialidades ocorrem aproximadamente em (nota: algumas causas podem requerer mais de uma especialidade, portanto a soma pode ser diferente de 100%)

Elétrica/eletrônica

☐ até 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ 51% a 75%

☐ mais de 75%

Civil

☐ até 10% dos casos

☐ 11% a 25%

☐ 26% a 50%

☐ **51% a 75%**

☐ **mais de 75%**

Naval

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **mais de 75%**

Mecânica

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **mais de 75%**

Computação

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **mais de 75%**

Química

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **mais de 75%**

Outra

☐ **até 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **mais de 75%**

Sobre os Laudos

Quesito 8: Os laudos possuem boa estética em

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 9: Os laudos são vazados em uma linguagem excessivamente técnica, não permitindo um claro entendimento por alguém leigo na área de atuação do perito que o elaborou, em

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 10: Os laudos produzidos pelos peritos são prolixos em

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 11: Os laudos produzidos pelos peritos são lacônicos em

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 12: Os laudos apresentam um texto escoreito em

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 13: Os textos dos laudos demonstram boa concatenação de raciocínio e argumentação

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 14: Os laudos respondem satisfatoriamente aos quesitos propostos e contribuem efetivamente para a elucidação da lide

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 15: Os laudos possuem argumentação nas respostas aos quesitos, justificando-as

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ **Mais de 75%**

Quesito 16: Os laudos avaliados por Vossa Excelência indicam bibliografia?

☐ **Sempre**

☐ **Quase sempre**

☐ **Nem sempre**

☐ **Quase nunca**

☐ **Nunca**

Quesito 17: Os laudos avaliados por Vossa Excelência possuem palavras de sentido dúbio ou vago?

☐ **Sempre**

☐ **Quase sempre**

☐ **Nem sempre**

☐ **Quase nunca**

☐ **Nunca**

Quesito 18: Os peritos cumprem os prazos originais estabelecidos para a entrega do laudo?

☐ **Menos de 10% dos casos**

☐ **11% a 25%**

☐ **26% a 50%**

☐ **51% a 75%**

☐ Mais de 75%

Quesito 19: Qual a nota que Vossa Excelência atribuiria ao laudo dos peritos em geral, em uma escala de 0 a 10?

☐ 0,0 a 3,0

☐ 3,1 a 5,0

☐ 5,1 a 7,0

☐ 7,1 a 9,0

☐ 9,1 a 10,0

Quesito 20: Algum outro ponto, sugestão ou comentário que Vossa Excelência deseje apresentar:

Agradecemos a Vossa Excelência a atenção e o tempo dedicados a responder esta pesquisa. Os resultados serão oportunamente publicados, bem como também enviados diretamente aos senhores juízes. Pretendemos com esta pesquisa evidenciar o panorama atual das perícias judiciais na Comarca de São Paulo, gerando subsídios para a melhoria da qualidade e efetividade dos trabalhos periciais. Ficamos inteiramente a vosso dispor.

Atenciosamente,

Em São Paulo, aos 22 de janeiro de 2010

Prof. Dr. Pedro Luís Próspero Sanchez Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Grupo de Engenharia Legal, Ciência e Tecnologia Forenses (tel. 8275-5353, email pedro.sanchez@poli.usp.br)